

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fabiana Aparecida Tobias Souza

**RELAÇÃO ENTRE OS CURSOS SUPERIORES DO INSTITUTO FEDERAL
GOIANO – CAMPUS IPORÁ COM OS SETORES PRODUTIVOS LOCAIS**

GOIÂNIA
ABRIL 2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fabiana Aparecida Tobias Souza

**RELAÇÃO ENTRE OS CURSOS SUPERIORES DO INSTITUTO FEDERAL
GOIANO – CAMPUS IPORÁ COM OS SETORES PRODUTIVOS LOCAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira

GOIÂNIA
ABRIL 2019

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S729r

Souza, Fabiana Aparecida Tobias

Relação entre os cursos superiores do Instituto Federal Goiano - campus Iporá com setores produtivos locais / Fabiana Aparecida Tobias Souza. – 2019.

82 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) - Mestrado em Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2019.

1. Instituto Federal Goiano. 2. Iporá. 3. Setor produtivo local. I. Souza, Fabiana Aparecida Tobias. II. UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria. III. Título.

CDU: 378:331.522(817.3)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Aos 1 dias do mês de abril de 2019, a partir das 19:00 horas, na sala Alianças Inter realizou-se a Banca Examinadora de Defesa do trabalho abaixo identificado:

Relação entre os cursos superiores do Instituto Federal Goiano - Campos Iporá com os setores produtivos locais

Do(a) aluno(a): Fabiana Aparecida Tobias Souza

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros:

- Prof.(a) Dr (a) Guilherme Resende Oliveira UNIALFA/Orientador
Prof.(a) Dr (a) Alcido Elenor Wander UNIALFA/Membro
Prof.(a) Dr (a) Sebastião Nunes da Rosa Filho UNIALFA/Membro Externo

Feita a apresentação oral do Trabalho e tendo sido o(a) aluno(a) arguido(a) pela Banca Examinadora, o (a) Professor(a) Orientador(a) e os Professores Membros da Banca procederam à avaliação do (a) aluno(a) e decidiram:

Aprovado: X Reprovado:
INCLUIA SUGESTÕES APRESENTADAS PELA BANCA NA OCASIÃO DA DEFESA.

Por ser verdade, assinam a presente Ata de Defesa, os membros da Banca Examinadora.

Table with 3 columns: PROFESSOR ORIENTADOR, PROFESSOR MEMBRO, PROFESSOR MEMBRO EXTERNO. Rows for NOME and ASSINATURA with handwritten signatures.

Dedico esta conquista aos meus pais, que muitas vezes se doaram e renunciaram aos seus sonhos, para que eu e meu irmão pudéssemos realizar os nossos. Sempre nos ensinando a agir com respeito, simplicidade, dignidade, honestidade e amor ao próximo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar, iluminar, pela vida e pelas constantes oportunidades de recomeçar.

Ao meu irmão Fausto, por sempre acreditar em mim, por me incentivar, apoiar, se orgulhar com minhas conquistas, por estar sempre presente em minha vida.

Ao meu marido Rogério, pelo companheirismo, paciência, amor e cuidado com nossa família.

Aos meus filhos, Luana, Luiz Pedro e Jorge, luzes da minha vida.

Ao orientador Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira, pelos ensinamentos, paciência e compreensão.

Ao Instituto Federal Goiano pelo apoio por meio do Programa Institucional de Qualificação.

Aos egressos da pesquisa que responderam aos questionários com respeito e compromisso.

Aos membros das bancas examinadoras dos seminários, da qualificação e defesa, pelas contribuições, especialmente aos professores doutores Sebastião Nunes da Rosa Filho e Alcido Eleonor Wander.

RESUMO

O vasto território brasileiro traz consigo o desafio de se promover o desenvolvimento e integração entre regiões de características distintas. Dada esta diversidade, a administração pública nos níveis federal, estadual e municipal é naturalmente levada a estimular o desenvolvimento dos setores produtivos locais mantendo como base norteadora as características próprias de cada região. Neste trabalho, buscamos ressaltar o papel que as Instituições de Ensino Superior podem exercer neste processo. Particularmente, analisaremos aqui o papel e potencial de atuação da recém-implantada unidade do Instituto Federal Goiano na cidade de Iporá, localizada na mesorregião central do estado de Goiás. Para tanto, pesquisou-se o processo de integração da instituição de ensino para com a população e as características e necessidades da região. Primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica com o intuito de expor conceitos importantes que levaram à implantação dos Institutos Federais como ferramenta de expansão do ensino e demais atividades acadêmicas no Brasil. Ainda foi realizada análise documental da legislação responsável pela criação dos institutos, buscando compreender os objetivos, missões e valores que norteiam o seu funcionamento, sobretudo do IF Goiano. Sequencialmente, foram descritos os contextos geográfico e histórico do estado de Goiás, com foco sobre a microrregião de Iporá. Utilizando dados oriundos de diferentes bases de dados, buscamos contextualizar a atual situação socioeconômica do estado e da microrregião de Iporá, bem como o status de seus setores produtivos. Assim, examinou-se a atuação do IF Goiano no processo de desenvolvimento regional. Na etapa seguinte do trabalho, foi realizada a aplicação de formulários junto a egressos dos cursos superiores do IF Goiano em Iporá formados nos anos de 2015, 2016 e 2017. Foi então possível estabelecer uma relação entre a área de formação destes alunos com os setores produtivos locais. Principalmente, investigamos se os profissionais formados na unidade se inserem no contexto e demandas da região. Com base no levantamento bibliográfico e também nos dados coletados, foi possível observar que a unidade do IF Goiano em Iporá tem atuado em diferentes frentes para se integrar e beneficiar a comunidade da microrregião. São oferecidos cursos em diferentes níveis capazes de capacitar profissionais escassos na região além da promoção de inúmeros projetos de extensão e pesquisa. Contudo, o desenvolvimento socioeconômico da região se mostra em ritmo desacelerado em relação ao instituto. Como consequência, um considerável percentual de egressos não é absorvido pelo mercado de trabalho em sua área de formação específica, sendo levado à atuar em áreas distintas, abandonar a região em busca de oportunidades ou enfrentar o desemprego.

Palavras-chave: Instituto Federal Goiano, Iporá, setor produtivo local, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The vast Brazilian territory inherently brings the challenge of jointly promoting the development of regions with distinct historical and geographical features. Given such diversity, the public administration at different levels is naturally led to stimulate the evolution of local productive sectors, while keeping the particular characteristics from each region and society as the main guides towards this goal. In this work, we seek to emphasize the role to be played by the Higher Education Institutions within this process. In particular, we will scrutinize the current and future potential actions from the recently implemented unity of the Goiano Feral Institute (GFI) at the city of Ipora, located at the central meso-region of the Goias state. In order to achieve our goals, we have been seeking to establish whether or not the integration of the GFI campus in Ipora has been so far successful, mainly regarding the society and the particular requirements and characteristics of the region. In a first moment, we have performed a bibliographic research aiming to expose the relevant concepts that led to the implementation of the Federal Institutes as a tool for expansion of academic activities throughout the Brazilian territory. Then, we have analyzed the regulations that guided the conception of such institutes. Here, we seek to comprehend the goals, duties and values that direct their actions, especially from GFI. Sequentially, we have described the geographic and historic contexts from the state of Goias mainly focusing on Ipora's micro-region. We have also used information from several databases, aiming to contextualize the current socio-economic situation of these territories and depict the potential tasks to be accomplished by GFI towards the regional development. In the step of the work, we have applied questionnaires to the graduates from Ipora's GFI. By analyzing data collected from graduates from the years of 2015, 2016 and 2017, it was possible to establish a relation between their study area and the productive framework of the region. Especially, we have investigated if the newly formed professionals are inserted in the regional context and demands. Based on data collected either by bibliographic research or by questionnaires application, we can notice that Ipora's GFI has been playing a relevant role in terms of integrating and bringing benefits to the region. The institution has been offering courses in different levels, which aim to train professionals that are scarce in the region. Additionally, the institution has promoted several extension and research projects. However, the socioeconomic development in the region has shown to be in a slower rhythm as compared to GFI itself. As a consequence, a considerable percentage of graduates are not incorporated in the labor market and are led to work in distinct areas, leave Ipora's region and even face unemployment.

Keywords: Goiano Federal Institute, Ipora, local productive sector, regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Mapa representativo da distribuição de todas as unidades do IF Goiano pelo estado de Goiás e da reitoria do instituto	30
Figura 3.1. Divisão do estado de Goiás em Mesorregiões.....	40
Figura 3.2. Divisão do estado de Goiás quanto às suas regiões de planejamento	41
Figura 3.3. Microrregiões goianas.....	42
Figura 3.4. Distribuição das Instituições de Ensino Superior públicas pelas mesorregiões do estado de Goiás.....	45
Figura 3.5. Mapa da microrregião de Iporá.....	48
Figura 3.6. Evolução da quantidade de pessoas empregadas (a) e da remuneração média (b) em diversos setores ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017 na microrregião de Iporá.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1. Indicadores econômicos e sociais das mesorregiões goianas.....	43
Tabela 3.2. Número de docentes e alunos matriculados nos municípios da mesorregião central de Goiás	46
Tabela 3.3. Potencialidades econômicas das cidades que compõem a microrregião de Iporá.....	49
Tabela 3.4. Contribuições ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da microrregião de Iporá em comparação ao estado de Goiás em 2016.....	50
Tabela 3.5 - Cursos Ofertados no IF Goiano – Campus Iporá.	52
Tabela 3.6. Quantidade de empregos e remuneração média por grandes setores de atividade da microrregião de Iporá.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DCR	Desenvolvimento Científico e Regional
EAFCe	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EBC	Economia Baseada no Conhecimento
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
IFG	Instituto Federal de Goiás
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OBJETIVOS	15
METODOLOGIA.....	16
CAPITULO I – ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	19
1.1. Conceitos de desenvolvimento regional e setores produtivos	19
1.1.1. O desenvolvimento regional	19
1.1.2. Os setores produtivos e a sociedade goiana	20
1.2. O conhecimento como ferramenta chave para o crescimento das economias locais e desenvolvimento regional	22
1.2.1. As instituições de ensino superior (IES) brasileiras no desenvolvimento regional: do surgimento às atuais concepções	24
1.2.2. A expansão e distribuição das instituições de ensino superior em Goiás e o surgimento dos Institutos Federais	27
1.2.3. O Instituto Federal Goiano: histórico e situação atual	28
CAPITULO II – ASPECTOS INSTITUCIONAIS, NORMATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	32
2.1. Os aspectos legais que levaram ao surgimento dos Institutos Federais no Brasil e em Goiás.....	32
2.2. Os aspectos legais que regem a interação entre os Institutos Federais e o desenvolvimento local e regional	34
CAPÍTULO III – A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE GOIAS E A INSERÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO NESTE CONTEXTO .	38
3.1. A divisão territorial do estado de Goiás: aspectos gerais.....	38
3.2. A divisão regional no estado de Goiás: números relevantes	43
3.2.1. A distribuição das instituições de ensino superior em Goiás.....	45
3.3. A microrregião de Iporá.....	47
3.4. O campus do IF Goiano em Iporá e sua integração com as demandas regionais	51
CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
4.1. Questionário e respostas	58
4.2. Discussão	62

CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	77
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	81

INTRODUÇÃO

O Brasil, devido ao seu vasto território, apresenta regiões de características históricas, culturais e até mesmo climáticas distintas. Assim, promover a integração e desenvolvimento homogêneo de todo o país é um desafio constante para a administração pública nos níveis federal, estadual e municipal. Em meio a este processo, o incentivo aos setores produtivos locais, e o estímulo às suas características próprias, oriundas das sociedades que os cercam, são etapas indispensáveis para a redução de disparidades sociais e de bem-estar entre as diferentes regiões brasileiras.

Neste contexto, este trabalho visa ressaltar o papel que as Instituições de Ensino Superior podem exercer no processo de desenvolvimento regional e de consolidação da identidade da população a quem estas instituições atendem. Em especial, será discutido o papel e potencial de atuação futura do Instituto Federal Goiano na cidade de Iporá, localizada na mesorregião central do estado de Goiás mas cuja microrregião apresenta índices sociais e econômicos discrepantes em relação ao centro goiano como um todo.

Por motivos históricos e contemporâneos, o estado de Goiás apresenta notável heterogeneidade em relação ao seu desenvolvimento econômico e social. Embora o setor primário de sua economia apresente números relevantes no contexto nacional, o setor industrial se concentra majoritariamente em apenas alguns municípios do estado. Seguindo essa tendência, os serviços públicos apresentam também déficits notórios em áreas primordiais como saúde e educação, em diversas regiões goianas. Por exemplo, a capital do estado, Goiânia, possui um número de médicos por mil habitantes três vezes superior ao restante do estado e concentra mais da metade dos docentes de ensino superior em Goiás. A má distribuição dos setores produtivos pelo território goiano reflete negativamente em práticas relevantes ao desenvolvimento e consolidação de municípios de menor porte como, por exemplo, o surgimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Atualmente, menos de 20% dos municípios goianos possuem APLs.

Em muitos casos, este cenário pode ser atenuado em curto, médio e longo prazo com o aprimoramento da comunicação entre o setor produtivo e a sociedade, e também com a oportunidade de transformar membros de tal sociedade em mão de obra especializada. Em ambos os casos o conhecimento e sua disseminação são fatores preponderantes, visto que uma sociedade conhecedora da economia que a circunda se

dedique a se especializar visando a conquista de empregos e qualidade de vida. Ao mesmo tempo, um setor empresarial conhecedor da sociedade na qual se instalou, naturalmente focará suas ações visando um melhor aproveitamento da população e de suas habilidades específicas. Portanto, ao promover a comunicação entre sociedade e setor produtivo e capacitar a população para que esta possa atender as demandas de comércio, as instituições de ensino têm importância crescente no desenvolvimento nacional. Em cidades de menor porte, como é o caso de nosso objeto de estudo, Iporá, efeitos positivos em curto prazo após a instalação de instituições de ensino são ainda mais notórios. Nestes casos, o fluxo monetário gerado pela presença da instituição na região leva naturalmente à contratação de serviços, e aumentos consequentes de renda e emprego.

Com o objetivo de promover o acesso ao ensino superior em regiões distintas do território nacional e também todos os benefícios citados acima, foram criados em 2008 os Institutos Federais. Dentre os 38 institutos, encontra-se o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), que se espalha por todo o estado de Goiás com suas 13 unidades. Dado o contexto que levou à criação dos Institutos Federais, os mesmos assumem como tarefas primordiais promover a formação acadêmica da sociedade e sua integração com os setores produtivos. Contudo, o sucesso, ou não, desta proposta ainda recente deve ser avaliado de forma criteriosa ao longo dos anos e sob diferentes perspectivas. Mais importante, dado o caráter abrangente da proposta multi-campi dos institutos, estudos devem ser realizados considerando a conjuntura e particularidades de cada cidade e região nas quais os campi foram instalados.

Assim, aspectos diversos que levaram à circunstância de má distribuição de serviços no estado de Goiás serão discutidos neste trabalho. Em especial, será analisada a atuação do campus do IF Goiano na cidade de Iporá no sentido de atenuar estes efeitos. A ainda recente implantação da unidade do IF Goiano em Iporá é o grande estímulo para a realização deste trabalho com foco nesta instituição. Visto que os efeitos de instituições de ensino superior em regiões de baixos indicadores socioeconômicos é somente notável ao longo do tempo, temos no IF Goiano em Iporá a oportunidade de reportar o princípio e construção desta transformação. Em particular, nosso trabalho busca observar a ressonância da instituição de ensino com os setores produtivos locais e a inserção de alunos egressos neste contexto.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a relação entre as áreas de formação dos cursos superiores do IF Goiano na cidade de Iporá com os setores produtivos locais.

Objetivos específicos

- Identificar e analisar os setores produtivos locais onde situa a unidade pesquisada;
- Fazer um levantamento das áreas de formação dos alunos formados nos cursos superiores no ano de 2015, 2016 e 2017 do Campus do IF Goiano em Iporá;
- Estabelecer a relação da área de formação dos alunos com os setores produtivos locais;
- Compreender os benefícios e potencial futuro da instalação da unidade de ensino na microrregião.

METODOLOGIA

Nesta seção são descritos os aspectos que levaram à concepção deste projeto, bem como a metodologia que será seguida para o seu desenvolvimento.

Uma definição particularmente conveniente a este trabalho, acerca da necessidade de se desenvolver um projeto de pesquisa, é dada por Gil (2002):

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 8).

Seguindo este conceito, neste trabalho buscamos agrupar informações a respeito da integração do campus do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) na cidade de Iporá para com a sociedade que o envolve. Especialmente, buscamos explicitar a existência, ou não, de ressonância entre os cursos superiores ofertados pela instituição e os setores produtivos locais.

Ainda de acordo com Gil (2002), o trabalho apresentado adiante tem caráter exploratório. Conforme explica o autor:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2002, p. 25).

Para que o objetivo deste projeto fosse alcançado, foi primeiramente realizada pesquisa bibliográfica visando o estabelecimento de conceitos importantes que levaram à implantação dos Institutos Federais como ferramenta de expansão do ensino e demais atividades acadêmicas no Brasil. Buscamos aqui estabelecer a importância do conhecimento como via de desenvolvimento do vasto território nacional. Em seguida, foi realizada análise documental da legislação responsável pela criação dos Institutos Federais e outros documentos correlatos. Estes não somente nos dão suporte à análise e discussão do tema em questão, mas são também valiosos para a compreensão dos reais objetivos, missões e valores que norteiam a implantação e operação dos Institutos Federais, sobretudo do IF Goiano. Finalmente, colocou-se em foco o contexto geográfico e histórico do estado de Goiás e da microrregião de Iporá.

Com base em pesquisa bibliográfica e também lançando mão de dados oriundos de bases de dados como, por exemplo, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), buscamos contextualizar a atual situação socioeconômica do estado e da microrregião de Iporá. Assim, atendemos o primeiro de nossos objetivos específicos: a identificação dos setores produtivos locais na microrregião de Iporá.

Em seguida, adentramos na etapa seguinte do trabalho, que se caracterizou como fase de análise quantitativa do problema. Nesta etapa, atendemos o segundo dos objetivos específicos, fazendo levantamento das áreas de formação dos alunos formados nos cursos superiores no ano de 2015, 2016 e 2017 do Campus do IF Goiano em Iporá. Esta etapa é descrita em detalhes na sessão seguinte.

Aplicação de formulários e análise quantitativa dos resultados

Nesta etapa do trabalho foi realizada coleta de dados junto a egressos dos cursos superiores do IF Goiano através da aplicação de formulários conforme detalhado a seguir. Este trabalho foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), via Plataforma Brasil, com aprovação manifestada por meio dos pareceres números 2.522.474 e 2.587.525 (Apêndice C). Os questionários foram constituídos de 12 questões fechadas e aplicados por meio da plataforma para pesquisa online *Google Forms* que garantiu ainda o anonimato e comodidade dos entrevistados. Deste modo, garantiu-se a confidencialidade das respostas e o resultado da pesquisa foi divulgado de forma consolidada.

Para o envio destes formulários, os dados dos alunos foram coletados junto à Coordenação de Registros Escolares do IF Goiano – Campus Iporá. Assim, foi possível contatar os entrevistados via endereço eletrônico ou ligação telefônica. Para solicitar a participação dos sujeitos respondentes do questionário, um texto introdutório da pesquisa foi apresentado e, ao clicar no link de acesso ao questionário, o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento era visualizado (TCLE) (Apêndice A).

A coleta de dados se deu entre os dias 18/12/2018 e 04/01/2019. Neste período, o formulário foi aplicado a um total de 69 (sessenta e nove) egressos dos anos de 2015, 2016 e 2017 oriundos dos cursos superiores em Química, Análise de Desenvolvimento de Sistemas e Agronegócio. A saber, no momento de aplicação deste formulário o curso de Agronomia não contava ainda com turmas formadas. O quadro abaixo mostra a

distribuição de egressos a quem o formulário foi submetido conforme os cursos e ano de formatura.

Quadro 1. distribuição de egressos a quem o formulário foi submetido conforme os cursos e ano de formatura

Cursos	Modalidade	Ano de formatura		
		2015	2016	2017
Agronegócio	Tecnólogo	0	3	11
Agronomia	Bacharel	0	0	0
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	0	5	12
Química	Licenciatura	11	8	19

Fonte: Elaboração própria

Do total de egressos mostrados no quadro acima, 54 (cinquenta e quatro) se dispuseram a participar da pesquisa. Por se tratar de um Campus de implantação recente, esta amostra é uma parte significativa do universo total de egressos - 69 nos anos aqui considerados.

Os resultados obtidos através da aplicação dos formulários foram confrontados com informações oriundas de bases de dados indicando a inserção, ou não, destes profissionais no contexto produtivo da região. Assim, buscamos atender o terceiro dos objetivos específicos.

Por sua vez, a ainda recente dinâmica, relação entre o IF Goiano e a microrregião de Iporá, impulsionou nossa escolha por realizar a pesquisa nesta unidade em específico. Acreditamos que por se tratar de um processo de implantação ainda em estágio inicial de uma instituição de ensino superior em uma região com baixos indicadores sociais e econômicos, temos em mãos uma oportunidade de estudo para compreensão da influência de atividades acadêmicas para com o desenvolvimento regional desde o seu princípio. Principalmente, levando em consideração o último de nossos objetivos específicos, é possível vislumbrar a possível atuação do IF Goiano no processo de desenvolvimento regional.

CAPITULO I – ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

1.1. Conceitos de desenvolvimento regional e setores produtivos

1.1.1. O desenvolvimento regional

O território brasileiro possui mais de 8,5 milhões km². Assim, a extensão de nosso país equivale, por exemplo, a aproximadamente 24 vezes o território da Alemanha e 35 vezes o território do Reino Unido. Esta característica marcante do Brasil nos possibilita a presença de regiões com biomas, culturas e nichos econômicos distintos; todas em um único país.

No parágrafo anterior dois termos importantes foram utilizados: território e regiões. Sob um ponto de vista contemporâneo, um território pode ser entendido como o produto de processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e/ou apropriação (cultural-simbólica) do espaço físico por agentes estatais e não-estatais (BRASIL, 2005).

Por sua vez, o termo região deriva do latim “*regere*”, cujo significado é *governar*. Assim, é intuitiva a definição de uma região sob ponto de vista administrativo como uma área de atuação de políticas de governo. Por exemplo, países como o Brasil e Itália possuem seus territórios subdivididos administrativamente em regiões, definidas em nosso país como estados federativos. No entanto, pode-se também definir uma região como um espaço que se distingue não somente por questões geográficas, mas também por razões funcionais, culturais e sociais (COOKE; LEYDESDORFF, 2006). Dawkins (2003) descreve uma região de forma simples e direta como sendo:

[...] uma população de seres humanos espacialmente conectada a uma localização geográfica, seja por razões históricas, seja por opção. Esta ligação pode surgir de uma atração à cultura local, oferta de empregos, recursos naturais ou outras amenidades específicas (DAWKINS, 2003, p. 4).

De posse dos conceitos por hora apresentados, pode-se afirmar que a grande dimensão do território brasileiro traz consigo o notório desafio de se levar infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico e cultural a todas as regiões brasileiras. Visto que o conceito de regiões transcende o conceito puramente administrativo, como a divisão brasileira em regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, este desafio é ainda

mais complexo, tanto em sua execução quanto em seu acompanhamento. Torna-se então inevitável o conceito de desenvolvimento regional.

Segundo Nijkamp e Abreu (2009), o desenvolvimento regional se refere à geografia do bem-estar e de sua evolução. Ainda de acordo com os autores:

O desenvolvimento regional é um conceito claramente multi-dimensional com uma grande variedade socioeconômica, determinada por uma multiplicidade de fatores tais como posse de recursos naturais, qualidade e quantidade de empregos, disponibilidade e acesso à capital, investimentos produtivos e transparentes, atitude cultural, infra estrutural física, estrutural setorial, infraestrutura tecnológica e progresso, sistemas de suporte público e outros[...] (NIJKAMP; ABREU, 2009, p. 2).

Levando-se em consideração os variados fatores relevantes ao bem-estar e progresso da população, é cotidianamente perceptível que, em um país como o Brasil, existem grandes disparidades quanto aos níveis de desenvolvimento mesmo em localizações geograficamente próximas. Muitas vezes, as disparidades regionais são persistentes ao longo do tempo. Em outros casos, dada a própria natureza dinâmica do conceito de desenvolvimento regional, estas disparidades são amenizadas por ações distintas. Dentre estas ações, a compreensão e estímulo do poder público, e por vezes da própria população, em relação às peculiaridades sociais, históricas, culturais e econômicas são particularmente importantes. Seguindo este raciocínio, há de se refletir que, naturalmente, uma região cujo setor produtivo é ressonante com as características da população que o circunda, é mais propenso a experimentar desenvolvimento contínuo, tanto econômica quanto socialmente.

1.1.2. Os setores produtivos e a sociedade goiana

Cabem aqui algumas definições relevantes em relação ao termo “setor produtivo”. Esse se caracteriza pelas atividades econômicas desenvolvidas em uma determinada região. Usualmente, divide-se o setor produtivo em: setor primário, setor secundário e setor terciário. O setor primário se relaciona sobretudo à economia baseada na exploração de recursos naturais. A agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça são alguns exemplos. O setor primário é particularmente vulnerável dada a sua dependência com fatores naturais, como o clima. Embora de grande importância na cadeia econômica como um todo, visto que é o fornecedor da matéria-prima para a indústria de transformação, o setor primário não conta com

valores agregados em sua produção. O setor secundário da economia é aquele que transforma as matérias-primas, fornecidas pelo setor primário, em produtos industrializados. Neste caso, agregam-se aos produtos finais valores referentes, por exemplo, aos conhecimentos tecnológicos envolvidos na produção, elevando o lucro obtido na comercialização. Finalmente, o setor terciário é relacionado à prestação de serviços como comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza e outros (GONÇALVES, 2016).

No estado de Goiás, o setor primário tem importância histórica e contemporânea. Ao final do século XVII, o Brasil experimentou o início da migração da economia colonial da produção da cana-de-açúcar para atividades de mineração. Em princípio, a mineração se fortaleceu no estado de Minas Gerais, mas também no Mato Grosso e em Goiás. Em Goiás, como em todo país, a mineração como base econômica durou apenas um curto período. Desde o início da exploração aurífera no estado até o seu ápice, foram passados apenas 24 anos (de 1726 até 1750), seguindo-se então um rápido processo de declínio na produção. Chama a atenção o fato de que, durante o período de abundante exploração do ouro, outras atividades econômicas em regiões mineradoras foram proibidas, visando o impedimento do desvio de mão-de-obra que deveria ser mandatoriamente dedicada à mineração (COELHO, 1997). No entanto, ainda que proibidas, as práticas de agricultura e pecuária eram comuns, especialmente para suprimento da alimentação nas próprias regiões mineradoras. Ao fim do período de apogeu e euforia da mineração, restaria, entretanto, à população remanescente em Goiás, apenas a opção de se dedicarem à agropecuária, e esta ganharia espaço na economia da região. A consolidação da agropecuária como atividade econômica em Goiás foi de longe mais demorada quando comparada à mineração. Atualmente, este setor econômico representa mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (IMB, 2016). Ainda, Goiás conta com o 3º maior rebanho bovino do País, o 5º maior rebanho suíno, e é o 6ª maior produtor de aves.

Em relação aos setores secundário e terciário no estado, estes refletem discrepâncias sociais e econômicas em Goiás. Embora o setor secundário goiano apresente índices de notável desenvolvimento, esta evolução se concentra ainda em algumas regiões do estado. Por exemplo, são responsáveis por tal crescimento a evolução do polo farmacêutico em Anápolis, e a instalação de montadoras do ramo automotivo, como a Mitsubishi em Catalão e a Hyundai, também em Anápolis. No que se refere ao setor terciário, a distribuição deste não se dá de forma igualitária, sobretudo

em setores primordiais à sociedade como saúde e educação. Enquanto a distribuição no estado será discutida em mais detalhes nos capítulos seguintes deste trabalho, alguns dados acerca da saúde no estado de Goiás podem ser aqui citados. Goiás conta com uma média de 1,97 médicos por mil habitantes, a capital Goiânia apresenta média de 6,12 médicos por mil habitantes. Em tempo, a média nacional é de 2,18 médicos por mil habitantes (CREMEGO, 2018).

Em geral, a má distribuição dos setores produtivos em Goiás reflete também no surgimento e consolidação de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs foram definidos por Erber (2008) como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si”. Assim, os APLs representam de certo modo uma região na qual o setor produtivo e a sociedade se comunicam de forma eficiente. Esta comunicação reconhecidamente acarreta na geração de empregos, renda, e, conseqüentemente, bem-estar e desenvolvimento regional (CAMPOS; DE CARVALHO, 2010). Atualmente, Goiás conta com 78 APLs que abrangem 28 setores produtivos. No entanto, estes se concentram em somente 46 dos 246 municípios do estado. Ou seja, menos de 20% dos municípios goianos possuem APLs (SIGO, 2013).

Fica assim clara a necessidade de maior articulação no que diz respeito ao incentivo do estado aos setores produtivos de algumas regiões goianas. Em grande parte, esta lacuna advém da ausência de comunicação coordenada entre o setor produtivo e a sociedade e também da ausência de mão de obra especializada. Notemos então que em ambos os casos o conhecimento e sua disseminação se coloca como fator preponderante neste processo de evolução dos setores produtivos locais. É intuitivo pensar que uma sociedade conhecedora da economia que a circunda se dedique a se especializar visando a conquista de empregos e qualidade de vida. Concomitantemente, um setor empresarial conhecedor da sociedade na qual se instalou, naturalmente focará suas ações visando um melhor aproveitamento da população e de suas habilidades específicas. Neste escopo, a sessão seguinte busca explorar a potencialidade do conhecimento como ferramenta para o desenvolvimento dos setores produtivos e principalmente de sua interação com a sociedade.

1.2. O conhecimento como ferramenta chave para o crescimento das economias locais e desenvolvimento regional

Atualmente, o conhecimento tem sido colocado como um objeto chave para a dinâmica de desenvolvimento regional e redução de suas disparidades em um determinado território. Os conceitos do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), que constantemente destacava a importância da inovação no desenvolvimento econômico, foram talvez a base para o surgimento da expressão “Economia Baseada no Conhecimento (EBC)”. Sob esta concepção, que rege a atual ordem econômica mundial, conhecer e aprender situam-se no centro do processo produtivo (DE AMORIM; FISCHER, 2013). Há de se ressaltar, no entanto, o caráter amplo da definição de conhecimento, como destaca Amind (2007) sobre a importância do conhecimento no desenvolvimento regional:

O que importa é construir comunidades criativas em todos os setores da economia (não apenas em ciência e tecnologia, mas também em conhecimentos artesanais, profissionais, especializados e corriqueiros), de maneira a instalar uma ecologia rica de conhecimento em ação, baseada em conectividade local e translocal. É também significativo cultivar uma ecologia igualmente rica em know-how na cultura popular – cuidando da qualidade do conhecimento em circulação na arena pública, através da excelência em escolas, faculdades e universidades, bibliotecas públicas, mídia, artes visuais e performáticas, conscientização popular e debates públicos em geral. Esse é um ato de construção de reservas de conhecimento sem garantias e sem forçamento local, reconhecendo que a ligação entre a formação do conhecimento e os retornos econômicos é imprevisível, além de não ser linear, mas que a plenitude distribuída melhora o ambiente de seleção para a inovação (AMIND, 2007, p. 17).

A amplitude na definição do conhecimento e de suas vertentes em relação à sua importância no setor produtivo é também ressaltada por Campos e De Carvalho (2010):

Os conhecimentos se manifestam de forma codificada e/ou tácita. O conhecimento codificado é formalizado e estruturado, podendo ser transmitido por via da comunicação formal entre agentes, mas cuja decodificação requer conhecimentos tácitos prévios. O conhecimento tácito representa uma vantagem competitiva, pois se origina de características locais de determinadas regiões, dadas a proximidade territorial e a assimilação de identidades culturais, sociais e empresariais pelos agentes. Este conhecimento reside em crenças, valores, saber técnico e habilidades do indivíduo ou organização, incluindo o domínio de técnicas utilizadas na produção não-disponíveis em acervos bibliográficos, relacionando-se a saberes gerais e comportamentais, à capacidade para resolução de problemas não-codificados e à capacidade para estabelecer vínculos entre situações e interagir com outros recursos humanos. (CAMPOS; DE CARVALHO, 2010, p. 560).

Enquanto o conhecimento codificado pode ser transmitido formalmente, em especial por instituições de ensino, o mesmo não se observa em relação ao

conhecimento tácito. Este se caracteriza como o conhecimento adquirido ao longo da vida sendo um importante fator a ser estudado com o propósito de se compreender as peculiaridades regionais. Muitas vezes é pouco explorado por indústrias e empresas seja por desconhecimento da importância de tais habilidades por parte de seus portadores, seja por falha na interação entre o setor produtivo e a sociedade. Nestes casos, as instituições de ensino, independente de seus níveis, podem também atuar de modo a elevar estes valores, trazendo-os à tona e os transformando em ferramentas para o desenvolvimento regional. Ainda, as instituições de ensino podem (e devem) voltar suas ações visando lapidar estas habilidades permitindo sua evolução através da transmissão de conhecimentos codificados.

1.2.1. As instituições de ensino superior (IES) brasileiras no desenvolvimento regional: do surgimento às atuais concepções

Como dito anteriormente, as instituições de ensino em qualquer nível têm papel relevante no processo de comunicação entre a sociedade e o setor produtivo, levando ao melhor aproveitamento e evolução dos distintos conhecimentos da população. Em particular, instituições de ensino superior e pesquisa atuam também como produtoras de conhecimento e conseqüentemente inovação. Deste processo, surgem novos produtos e possibilidades de geração de renda e consumo.

A importância das citadas instituições pode ser perfeitamente contemplada a partir da análise de experiências vividas por nações nas quais o processo de industrialização se deu de forma tardia – por exemplo, os Estados Unidos e a Alemanha. Nestes países, as instituições acadêmicas se posicionaram como base central para a evolução tecnológica e social ao longo do processo de desenvolvimento (VIEIRA, 2017). Contudo, ainda que com os exemplos históricos mencionados, a atuação destas instituições em nosso país é complexa, devido especialmente à evolução histórica das concepções filosóficas que ampararam as suas criações.

A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) (embora não tenha sido a primeira instituição de ensino superior), fundada em 1920, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como bem descreve De Paula (2002), “[...] uma grande influência da tradição francesa, sobretudo o modelo napoleônico, acerca da organização institucional podia ser notada na URFJ.”

Assim, a instituição se fundamentava em escolas isoladas de cunho

profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa (DE PAULA, 2002). Fato semelhante podia ser observado na Universidade de São Paulo (USP), que, entretanto, apresentava também forte influência na tradição universitária alemã, na qual se buscava de forma insistente o pensamento crítico e reflexivo. Ambas as instituições, UFRJ e USP, foram influenciadoras diretas no processo de criação das universidades brasileiras.

Segundo De Paula (2009), entre as décadas de 1950 e 1960 a concepção americana de organização e gestão universitária se fez presente sobre as universidades brasileiras e até mesmo sobre as universidades europeias, que outrora foram modelo para a gestão em nosso país. A partir da reforma universitária de 1968, foram incorporadas ao modelo brasileiro características que claramente remetem aos conceitos da Economia Baseada no Conhecimento como: vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho e estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo. Ou seja, as universidades brasileiras passaram então a ser, ao menos em teoria, produtoras de conhecimento, especialmente voltados a atender demandas produtivas e de mercado. No entanto, dado o acelerado processo de globalização, o mercado alvo das universidades não se configurou necessariamente como um mercado local. Ao contrário, as instituições adquiriram orientações universalizantes, levando constantemente ao seu distanciamento perante a região geográfica em que se instalavam e até mesmo das necessidades brasileiras como um todo (VIEIRA, 2017).

Neste contexto, a evolução das instituições de ensino brasileiras não representou necessariamente um avanço social, tal qual nos exemplos dos Estados Unidos e Alemanha. Em 2014, o Brasil foi considerado o 13º país em produção de conhecimento (BRASIL, 2014) possuindo 21 universidades dentre as mil melhores instituições em todo o mundo. Ainda, o país se coloca atualmente, no ano de 2017, na 9ª posição dentre as economias mundiais. Entretanto, paradoxalmente ocupamos apenas a 79ª posição no ranking de IDH mundial, reflexo do fato de que estamos entre os dez países mais desiguais do mundo.

É interessante notar que vários dos aspectos históricos, que somados à aspectos políticos e outros mais, que deram origem a tal desigualdade socioeconômica, levou também à discrepâncias no desenvolvimento de diferentes regiões. Neste escopo, a distribuição das universidades e instituições de ensino superior foi também feita inicialmente de forma desigual. Primordialmente, estas foram implantadas no Brasil em

centros urbanos já consolidados, como as capitais de cada estado e em outras grandes cidades, como Ribeirão Preto e Campinas no estado de São Paulo. Como resultado, em 2010, as regiões Sul e Sudeste concentravam mais de 72% da produção científica brasileira em 2010 e 86% dos pedidos depositados de patentes. Na região Centro-Oeste, os pedidos depositados de patentes correspondem a somente 4,6% do total nacional e a produção científica a 7,8% (VIEIRA, 2017).

Mediante a clara ausência de homogeneidade das atividades científicas e acadêmicas pelo território nacional, o Brasil experimenta uma redistribuição destas instituições visando preencher lacunas outrora existentes. Embora seja um processo lento, o mesmo pode ser contemplado com o aumento no número de instituições de ensino superior bem como no aumento no total de matrículas de cursos presenciais. Entre 1980 e 2014, os aumentos foram de 2,86% e 4,53% ao ano, respectivamente (VIEIRA, 2017).

Em meio a este processo, e visando um melhor aproveitamento do potencial oferecido pela instalação de instituições acadêmicas, Rolim e Serra (2009) fazem uma importante consideração:

É dentro dessa perspectiva que se insere a adequação das universidades para desempenhar um papel determinante no processo de desenvolvimento regional, sendo possível distinguir duas trajetórias claras: a universidade que está na região e a que é da região. Na primeira, a universidade simplesmente se localiza na região, se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional. Já na segunda trajetória, a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região. Essa distinção entre ser e estar na região faz toda a diferença para o desenvolvimento regional (ROLIM; SERRA, 2009, p. 91).

Ainda assim, sejam as instituições de ensino locadas na região ou pertencentes à região, conforme definido acima, o impacto causado por sua implantação se mostra de longo prazo e por vezes subjetivo. Assim observaram, por exemplo, os próprios autores Rolim e Serra (2009) ao estudarem os impactos de tais instituições na Região Norte do Paraná, Hoff, San Martin e Sopena (2011) ao analisarem a região Sul do Rio Grande do Sul e Rota Júnior e Ide (2016) ao descreverem o desenvolvimento da região norte de Minas Gerais.

Os impactos causados pelas instituições de ensino no desenvolvimento das regiões em que se instalam podem ser divididos em duas categorias básicas. O primeiro dos impactos diz respeito ao próprio fluxo monetário gerado pela presença da instituição na região. Os dispêndios de profissionais e alunos além da contratação de serviços, trazem consigo efeitos diretos e induzidos sobre a renda e o emprego. Ainda, esta dinâmica levaria à maior demanda pela ampliação de infraestrutura e serviços públicos. Todos estes efeitos têm ocorrência esperada em curto prazo, mas que, enquanto conectados à economia como um todo, são susceptíveis a mudanças. Por outro lado, as instituições acadêmicas podem também levar a impactos de longo prazo, relacionados à produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico. Assim, a região se torna portadora de profissionais qualificados, além de conhecimento técnico-acadêmico (VIEIRA, 2017).

No Brasil, este último aspecto em particular é inevitavelmente atrelado ao poder estatal, visto que a formação de mão-de-obra é considerado política pública. Nas últimas décadas, com a informatização de setores, a rápida inserção da internet no contexto mundial e as consequentes mudanças em paradigmas de diversas profissões, o poder público tem se visto forçado a intensificar as políticas públicas de ensino e capacitação profissional. Como agravante, tal qual pontuado por Souza (2002), este processo de globalização tecnológica trouxe consigo um aumento massivo nos índices de desemprego no Brasil e no mundo. Assim, como medida emergencial, o poder público brasileiro preconizou por vezes a educação da população para o mundo do trabalho em detrimento da formação com base técnica e científica. Deste modo, novos desafios, cujas soluções envolvem o investimento e consolidação de instituições acadêmicas, vieram à tona ao longo dos últimos anos. Dentre estes desafios a serem enfrentados, a grande porção de egressos dos sistemas educacionais brasileiros sem preparação de fato mínima para o mercado de trabalho e a já citada deficiente comunicação entre os setores produtivos e as características da sociedade. Sob este contexto, o Brasil, e em particular o estado de Goiás, tem experimentado um gradativo aumento no número de instituições de ensino superior e de sua distribuição por nosso vasto território.

1.2.2. A expansão e distribuição das instituições de ensino superior em Goiás e o surgimento dos Institutos Federais

Em Goiás, o processo de expansão e redistribuição das instituições de ensino superior é ainda muito recente, o que permitirá um acompanhamento do desenvolvimento regional após a implantação das IES desde o seu princípio. No que diz respeito às IES públicas, a Universidade Federal de Goiás (UFG), foi fundada em 1960 e possui em sua concepção básica o seu fortalecimento na capital do estado. Deste modo, possui campi em apenas três cidades que não Goiânia ou sua região metropolitana. Em contrapartida, foi fundada em 1999 a Universidade Estadual de Goiás (UEG), que tem sua concepção baseada no modelo multi-campi da Universidade do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Assim, a UEG possui seus 42 campi espalhados por 39 cidades goianas. Seguindo a mesma linha, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais (IFs), dentre os quais estão o Instituto Federal de Goiás, que atende 14 cidades do estado, e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), que atende 12 cidades. Este último e o seu impacto no desenvolvimento das regiões em que se instala, são os objetos de maior interesse neste trabalho.

De acordo com a própria lei que os deu origem, os Institutos Federais são:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]. Um dos objetivos dos Institutos Federais é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008, p. 1).

Dada a sua abrangência, conferida pelo caráter multicampi, os IFs podem se tornar em poucos anos um eficiente instrumento de capacitação da população regional para o desenvolvimento do setor produtivo e futuras formações de APLs. Para tanto, espera-se que os interesses das instituições estejam alinhados com a história e interesses das regiões nas quais estão instalados. Ou seja, seguindo o raciocínio citado acima, espera-se que os IFs sejam capazes de se estabelecer como instituições pertencentes a cada região.

1.2.3. O Instituto Federal Goiano: histórico e situação atual

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ligados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um modelo de formação de alunos cuja origem data ainda em 1909. Neste ano, por decreto presidencial assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, foram criadas 19 escolas de aprendizes artífices (IF GOIANO, 2016b).

Tal qual o Brasil como um todo, as escolas de aprendizes artífices foram submetidas a diversas transformações e mudanças em sua concepção até os dias atuais. Ao longo da história, estas escolas passaram por denominações como Liceus Industriais, na década de 1940, e posteriormente Escolas Técnicas Federais, na década de 1960. Esta última, fora concebida concomitantemente à formação das Escolas Agrotécnicas Federais, que visavam a formação de mão de obra técnica especializada para atender o rápido desenvolvimento agrícola e industrial pelo qual passava o país (IF GOIANO, 2016b). As Escolas Técnicas Federais foram ainda gradativamente, entre 1978 e 1994, reestruturadas como Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFET's, que se caracterizaram como autarquias federais (BRASIL, 2004). Foi então que, conforme já citado na sessão anterior, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais (IFs), oriundos da união entre os CEFET's, as Escolas Agrotécnicas Federais e escolas técnicas vinculadas às universidades (PACHECO, 2011).

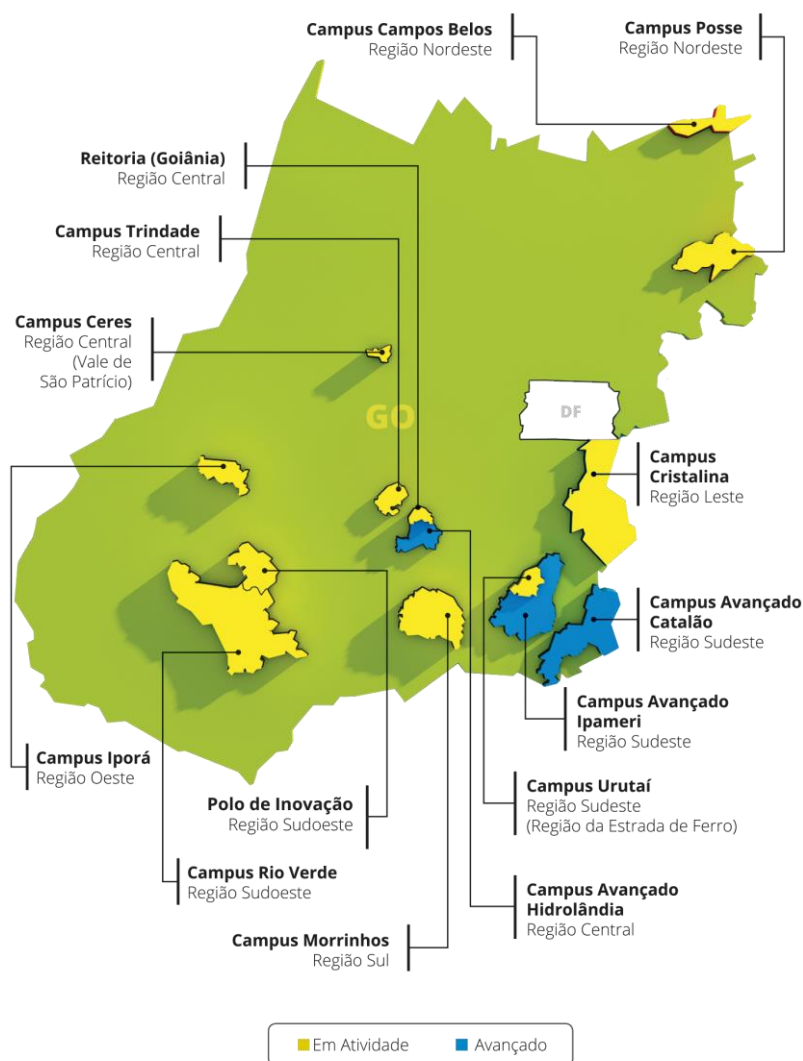
Atualmente, são 38 IFs, com 644 campi espalhados pelo território brasileiro, focados especialmente no oferecimento de cursos técnicos integrados ao ensino médio, licenciaturas e graduações tecnológicas. Dentre os 38 institutos, encontra-se o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), formado pela integração entre os antigos CEFET's de Rio Verde, Urutá e Morrinhos, além da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (IF GOIANO, 2016b).

Seguindo a proposta multicampi dos demais IFs, o IF Goiano conta atualmente com doze unidades distribuídas pelo estado e atende um número superior a seis mil alunos. Para tanto, é ofertada educação profissional técnica de nível médio, além de cursos de tecnologia, bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado. Este último, por sua vez, há de ser ressaltado visto que o IF Goiano é o único dentre os IFs em todo Brasil a dispor de curso de doutorado (FAPEG, 2016).

O desafio desta configuração abrangente é promover a atuação sinérgica entre as unidades visando o crescimento institucional como um todo, mas também oferecer subsídios para que cada uma destas se incorpore à região em que se encontra. O sucesso

nestes dois aspectos seria capaz de gerar integração das diferentes regiões do estado de Goiás e reduzir as disparidades relacionadas a bem-estar e desenvolvimento regional. Na Figura 1.1 é mostrado um mapa representativo da distribuição de todas as unidades do IF Goiano pelo estado e também da reitoria do instituto, situada em Goiânia.

Figura 1.1 - Mapa representativo da distribuição de todas as unidades do IF Goiano pelo estado de Goiás e da reitoria do instituto



Fonte: adaptado de IF Goiano (2018a).

Ao analisarmos a posição e atuação de instituições de ensino superior em regiões do interior do estado, sobretudo naquelas em que existe déficit no desenvolvimento, é razoável esperar que as mesmas atuem como “gestores” do conhecimento local. Sob este aspecto, estas instituições devem atuar como produtoras, transmissoras e propulsoras de conhecimento, seja tácito ou codificado, a fim de melhor aproveitamento por parte do setor produtivo local. Nesta linha, além da formação de

alunos e mão de obra especializada, os institutos devem desenvolver e sustentar ações muitas vezes complexas e de resultado a médio e longo prazo. O IF Goiano é responsável pela publicação de quatro periódicos científicos de caráter multi e interdisciplinar além de ter sido contemplado no ano de 2017 com 5 auxílios de pesquisa para Desenvolvimento Científico e Regional (DCR) oferecidos em parceria pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (FAPEG, 2017). Notemos que estas ações podem mostrar às populações locais possíveis potenciais científicos, muitas vezes camuflados pela nossa própria cultura.

Neste papel de “gestores” do conhecimento local, o IF Goiano tem também buscado interação direta com a comunidade do estado através de projetos de extensão. O objetivo com tais projetos, sejam estes de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológicos, os projetos de extensão, é conhecer a fundo a comunidade que circunda cada campus e potencializar a exploração de sua cultura e experiências particulares. De forma planejada, busca-se fazer com que toda a população goiana, e não somente os alunos e funcionários, se beneficiem da instalação de cada unidade do IF Goiano. Neste âmbito, o IF Goiano conta atualmente com a publicação anual “Revista ação e sociedade”.

CAPITULO II – ASPECTOS INSTITUCIONAIS, NORMATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

No capítulo anterior foi feito um levantamento dos aspectos teóricos e conceituais que regem o surgimento e evolução da interação entre os setores produtivos locais e os Institutos Federais, particularmente o IF Goiano. No presente capítulo, faz-se necessário considerar os aspectos institucionais, normativos e as políticas públicas que regem esta relação.

2.1. Os aspectos legais que levaram ao surgimento dos Institutos Federais no Brasil e em Goiás

A Constituição Federal, por meio de Decretos-Leis, trouxe ao cidadão o direito ao ensino profissionalizante nas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Este processo gradativamente deu origem à estrutura educacional hoje presente no país e, conseqüentemente, à estrutura dos Institutos Federais. No art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirma-se que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, n.p).

De fato, este tema se desenvolveu de forma intensa a partir de 11 de agosto de 1971, após a vigência da Lei 5.692, que “Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus”. Em sua concepção, a referida lei se apresentou como uma nova expectativa do ensino nas escolas. Nesse período, o ensino secundário, normal, técnico industrial, comercial e agrotécnico foram unificados. Essa unificação do ensino tornou possível que os alunos, além da formação geral, também tivessem acesso a um desenvolvimento profissionalizante (CUNHA, 2005). Entretanto, pode-se dizer que foi com a promulgação da mais recente versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em dezembro de 1996 (Lei nº 9.394), que se decretou efetivamente a articulação entre a educação profissional e o ensino regular (BRASIL, 1996).

Em 19 de dezembro 1997, o Decreto Federal nº 2.406 estabeleceu diretrizes para elaboração do projeto institucional para implantação de novos Centros Federais de

Educação Tecnológica (CEFETs) que se caracterizavam como autarquias federais. A partir deste decreto, os CEFETs adquiriram aspecto educacional abrangente, com a finalidade de oferecer cursos de nível técnico, tecnológico, superior e de pós-graduação, predominando cursos nas áreas de serviços e indústria. Além disso, estabeleceu-se a prerrogativa de que tais cursos estivessem em sintonia com a educação continuada dos profissionais. Estes aspectos são notáveis no Art. 2º do decreto:

Os Centros de Educação Tecnológica, públicos ou privados, têm por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (BRASIL, 1997, p. 27937).

Embora já estabelecida pela LDB em 1996, a articulação entre a educação profissional e o ensino regular foi devidamente estabelecida em 23 de julho de 2004, por meio do Decreto Federal nº 5.154, conforme descreve o Art. 4º § 1, incisos I, II e III.

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, p. 27833).

Seguindo esta tendência foi promulgada em 29 de dezembro de 2008 a Lei Federal nº 11.892, que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, os IFs. Os IFs são instituições de ensino de caráter autárquico que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.

A saber, além dos IFs, integram esta rede a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Em particular, os IFs foram concebidos a partir da união entre os CEFETs, excetuando-se as unidades do RJ e MG, as escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades. De acordo com a própria lei que os criou (BRASIL, 2008):

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas[...] (BRASIL, 2008, p. 1).

De acordo com o disposto na Lei nº 11.892, o Estado de Goiás foi contemplado com dois Institutos distintos: o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG). O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos e também a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE).

2.2. Os aspectos legais que regem a interação entre os Institutos Federais e o desenvolvimento local e regional

Conforme discutido e argumentado no Capítulo I, a sintonia entre o currículo escolar e o mercado de trabalho tende a impedir o crescimento das taxas de desemprego (LAVAL, 2004). Portanto, ao passo que se faz necessária a qualificação profissional através de instituições preparadas para tal, é também relevante que este processo seja ressonante com os interesses das sociedades que envolvam tais instituições. Seguindo este contexto, espera-se que os IFs possam formar cidadãos capazes de superar obstáculos e a agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais (PACHECO, 2011). Segundo Silva (2009), para que os IFs atinjam tal expectativa, estes devem assumir algumas diretrizes, tais como

a) a necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades destas dimensões e as interrelações que caracterizam sua indissociabilidade; b) a compreensão da pesquisa ancorada nos princípios científico – que se consolida na construção da ciência e desenvolvimento da tecnologia – e no educativo – que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade –, entendendo-a como essencial para a construção da autonomia intelectual e, portanto, potencializadora de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade; c) a concepção das atividades de extensão como forma de diálogo permanente e mais amplo com a sociedade; d) a compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – inclusive nas propostas pedagógicas dos cursos de graduação (licenciaturas, engenharias e superiores de tecnologia) e pós-graduação – na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais; e) o reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social; f) a necessidade de assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania, na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade; g) a organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontalmente (formação continuada); h) a sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado; i) o reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo educativo (SILVA, 2009, p. 9).

Como fora esperado, a criação e difusão dos IFs trouxe consigo uma procura crescente por formação profissional. De forma praticamente concomitante, o país experimentava também a afirmação do conceito e importância do incentivo aos setores produtivos locais como via de desenvolvimento regional. Após a implementação da Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), em meados de 2004, o estímulo a estes grupos se tornou claramente uma “[...] das vertentes da estratégia de atuação do Governo Federal para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2004a).

Diante toda a importância dada aos APLs no contexto do desenvolvimento brasileiro e goiano, espera-se que os mesmos gerem demandas de conhecimentos técnico e científico. Assim, os Institutos Federais (IFs), desde a sua concepção, foram intrinsecamente levados à responder de forma rápida e eficaz à essa demanda. A própria Lei 11.892, criadora dos IFs, explicita a necessidade de tal resposta, conforme consta no Art. 6º:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008, p. 1).

O comprometimento dos IFs com a sociedade tem sido destacado por diferentes autores. Por exemplo, segundo Pacheco (2011):

Os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais (PACHECO, 2011, p. 10).

Dada o caráter multi-campi dos IFs é natural o desafio de que esta ideia seja difundida e aplicada nas suas diversas unidades espalhadas pelo território brasileiro. No caso específico do IF Goiano, este explicita tal filosofia na descrição de sua missão:

O Instituto Federal Goiano (IF Goiano) busca promover educação profissional de qualidade, visando à formação integral do cidadão para o desenvolvimento da sociedade (IF GOIANO, 2015, n.p.).

Seguindo a estrutura organizacional dos IFs, cabe ainda ao IF Goiano a difusão desta filosofia em seus diversos Campi. Consideremos aqui especificamente, o campus

do IF Goiano localizado em Iporá, que é o objeto principal da análise proposta neste trabalho. É descrito em seu Histórico, disponível no endereço on-line do campus:

[...] desde sua implantação, o campus busca responder às demandas por formação profissional e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para oferecer suporte aos arranjos produtivos não só de Iporá, mas de toda região oeste de Goiás, que ainda possui baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social, em relação ao restante do estado (IF GOIANO, 2016b, n.p.).

Nota-se, portanto, que a própria instituição assume como tarefa o papel de difusora e gestora de conhecimento, em especial em relação à região oeste de Goiás, na qual se situa a cidade de Iporá. No capítulo seguinte as regiões goianas serão descritas em detalhes bem como a estrutura organizacional do campus do IF Goiano de Iporá e sua inserção no contexto regional.

CAPÍTULO III – A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS E A INSERÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO NESTE CONTEXTO

No Capítulo I foram abordados os conceitos de “território” e “região”. Inseriu-se a ideia de que vastos territórios nacionais são convenientemente divididos em regiões visando agrupar porções do país com relativas similaridades quanto à culturas, vegetações e aspectos históricos, climáticos, econômicos, produtivos e outros. Dentre diversos objetivos, a divisão do território brasileiro em seus diferentes níveis visa favorecer a administração e potencialização de características específicas de cada região.

Neste capítulo, busca-se uma discussão acerca da divisão regional do estado de Goiás em mais detalhes. Ainda, buscar-se-á discutir a inserção e influência de Instituições de Ensino Superior (IES) e, em especial, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) para com e neste processo.

3.1. A divisão territorial do estado de Goiás: aspectos gerais

O Brasil, assim como diversas nações de grande extensão, tem em seu território subdivisões em diferentes níveis. Por exemplo, no que diz respeito à mais ampla das divisões do território nacional, desde a publicação do decreto 67.647 em 24 de novembro de 1970, o Brasil possui cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Como supramencionado, a divisão territorial é importante, além do sentido didático, no sentido de se compreender as conjunturas, potencialidades e necessidades específicas de cada porção do país (CONTEL, 2014).

No particular caso do território brasileiro, sua complexidade e heterogeneidade fazem com que o processo de divisão em regiões seja consideravelmente dinâmico. A definição das grandes regiões brasileiras sofreu alterações ainda nas décadas de 1970 e 1980 dada a extinção, criação e alteração de categoria de algumas unidades federadas que as compõem (CONTEL, 2014). Atualmente, o Brasil conta com 27 Unidades da Federação, sendo 26 Estados e 1 Distrito Federal. As alterações mais recentes quanto à tais unidades decorreram da Constituição Federal de 1988 que criou o estado de Tocantins (oriundo de Goiás), extinguiu o território federal de Fernando de Noronha

(transformando-o em Distrito Estadual pertencente ao estado de Pernambuco), e elevou os territórios federais de Roraima e Amapá à categoria de estado (LIMA ET AL., 2002).

Mesmo em uma única Unidade da Federação, diferentes regiões apresentam características e necessidades distintas. Tais discrepâncias levam naturalmente à grandes desafios quanto à criação e execução de políticas específicas para cada região, bem como a administração dos respectivos recursos e interesses. Diante esta realidade, desde a Resolução da Presidência do IBGE no. 11, de 5 de junho de 1990, as Unidades da Federação passaram a ser subdivididas em Mesorregiões Geográficas, definidas como:

Conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (LIMA et al., 2002, p. 5).

Assim, sob ponto de vista científico, esta subdivisão das Unidades da Federação segmenta objetos geográficos distintos para análise específicas e criteriosas. Politicamente, a identificação de conjunturas individuais permite, ao menos teoricamente, a administração de forma mais eficiente em cada uma destas áreas.

Considerando o estado de Goiás, para o qual se volta o foco deste trabalho, seu território é o 7º maior estado brasileiro com 340.257 km² de extensão (IBGE, 2015a). Sua área é superior, por exemplo, à de países como Polônia, Itália, Reino Unido, Portugal, Áustria e muitos outros. Sua população, segundo estimativa de 2018 chega a 6,9 milhões de habitantes, a 12ª maior do Brasil, a maior da região Centro-Oeste e superior à população de países como Dinamarca, Noruega e Irlanda (IBGE, 2018). Considerando os notáveis números acima e ainda o complexo processo de colonização e formação histórica de nosso país e especificamente de Goiás, há de se esperar que mesmo que somente no estado goiano, diferentes regiões com culturas e conjunturas distintas sejam encontradas.

Assim, o Estado de Goiás é atualmente dividido em 5 mesorregiões: Noroeste Goiano, Centro Goiano, Leste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano (IMB, sda). O mapa da Figura 3.1 abaixo ilustra tal divisão.

Figura 3.1. Divisão do estado de Goiás em Mesorregiões



Fonte: Adaptado de IMB, sda

A saber, é também usual que o território goiano seja dividido em “regiões de planejamento”, sobretudo para fins de gestão e atuação do governo do estado. Atualmente, considera-se dez regiões de planejamento no estado de Goiás, sendo elas Norte, Nordeste, Centro, Noroeste, Oeste, Metropolitana de Goiânia, Entorno do Distrito Federal, Sudoeste, Sul e Sudeste (IMB, sdb). Estas são mostradas abaixo na Figura 3.2.

Figura 3.2. Divisão do estado de Goiás quanto às suas regiões de planejamento



Fonte: Adaptado de IMB, sda.

Com o objetivo de especificar ainda mais a análise e gerenciamento do território brasileiro, as mesorregiões de cada estado são ainda subdivididas em microrregiões. Esta subdivisão atribui-se também à já citada Resolução da Presidência do IBGE no. 11, de 5 de junho de 1990 e, no caso particular do estado de Goiás, o confere a presença de 18 Microrregiões Geográficas, definidas como:

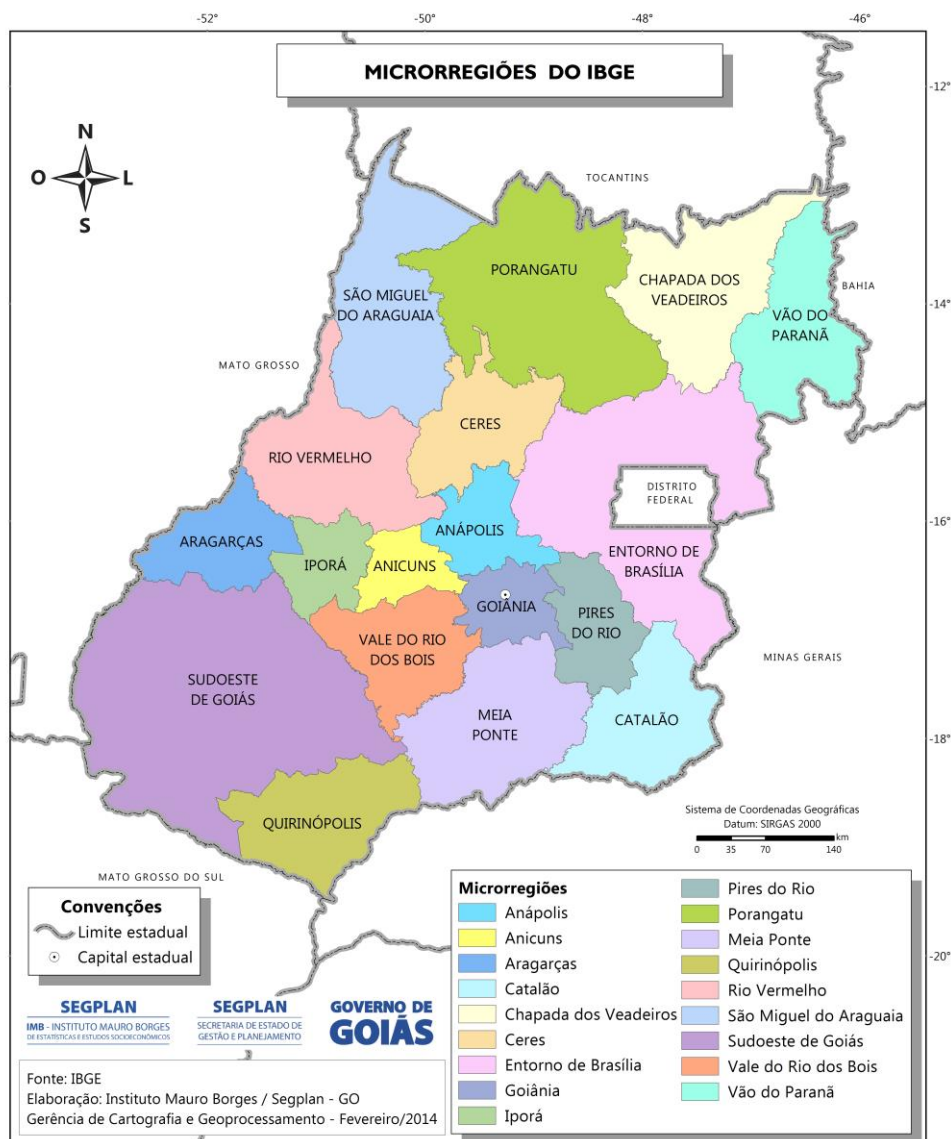
[...] um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração (LIMA et al., 2002, p. 6).

Ainda segundo o IBGE:

[...] as microrregiões são partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço tais como: estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, entre outras, podendo ainda resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas. Esses espaços foram identificados, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (LIMA et al., 2002, p. 6).

A disposição das microrregiões goianas é apresentada da Figura 3.3.

Figura 3.3. Microrregiões goianas



Fonte: IMB, sdc.

3.2. A divisão regional no estado de Goiás: números relevantes

Conforme outrora mencionado, não são raras disparidades sociais e econômicas no território brasileiro mesmo em regiões geograficamente próximas. No estado de Goiás, segue-se tal padrão, sendo perceptíveis algumas das diferenças socioeconômicas dentre as cinco mesorregiões goianas. Como apresentado na Tabela 3.1, as mesorregiões Sul e Centro Goiano se destacam quanto ao PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), enquanto que as mesorregiões Norte e Leste apresentam os índices menos satisfatórios.

Tabela 3.1. Indicadores econômicos e sociais das mesorregiões goianas

Mesorregião	PIB (2015)* (em bilhões de R\$)	PIB/capita (2015)** (em R\$/habitantes)	IDHM 2010**
Leste	18,25	14.016,37	0,66690625
Norte	6,96	22.616,41	0,671814815
Noroeste	4,83	21.243,88	0,684913044
Centro	91,36	27.103,56	0,701731707
Sul	52,22	37.242,13	0,709646342

* Fonte: DEEPASK, *sd.*

** Fonte: BRASIL, *sd.*

Há de se notar que, em grande parte, as diferenças econômicas e sociais notáveis na tabela acima apresentam forte ligação com a própria evolução histórica do Brasil e do estado de Goiás. As regiões Norte e Leste do estado, aquelas que atualmente possuem os piores indicadores socioeconômicos, foram pioneiras no desenvolvimento da economia pecuária em Goiás. No caso da região Norte, é fato que grande parte dos povoados formados à época na região pertencem hoje ao estado do Tocantins. Na região Leste, provavelmente ainda no século XVIII, desenvolveu-se o povoado de Arraial dos Couros, atualmente a cidade de Formosa, dada a migração de criadores de gado baianos pelo vale do rio São Francisco. Quanto às regiões Centro e Sul de Goiás, estas foram gradativamente ocupadas por criadores de gado oriundos de São Paulo e Minas Gerais. Esta ocupação, embora tenha originado cidades como Itaberaí, Rio Verde, Anápolis e outras, se deu de forma desordenada e heterogênea (FUNES, 1986). Em todo o estado, porém, as enormes distâncias que separavam Goiás dos portos do litoral, aonde grandes núcleos urbanos se desenvolviam no início do século XX, limitaram o desenvolvimento do estado. Tais distâncias afetaram a exportação e importação de mercadorias em Goiás, impedindo o seu desenvolvimento de forma mais acelerada.

No princípio da década de 1920, esta limitação se atenuou gradativamente, sobretudo no sul do estado. Em 1921, por exemplo, a construção da Estrada de Ferro Goiás foi retomada, favorecendo o crescimento de cidades como Catalão, Ipameri e Corumbaba, que exportavam, dentre outros produtos, boi gordo, charque, couro, suínos e toucinho (BRANDÃO, 2005; ESTEVAM, 2004). Posteriormente, na década de 40, a construção da capital Goiânia (1942) e a Marcha para Oeste contribuíram para o desenvolvimento da porção central de Goiás (GARFIELD; COLLEGE, 2000). Efeito semelhante fora esperado para a região Leste com a construção de Brasília no início da década de 1960. No entanto, este foi um processo consideravelmente mais complexo, dada a inserção de uma cidade planejada sobrepondo-se à realidade da região. Ainda, a construção de Brasília se deu em momento de expansão e consistência econômica do Centro goiano, particularmente de Anápolis e da já consolidada capital Goiânia. Assim, ambos os polos, se desenvolveram de forma mais notória com a construção de Brasília do que as próprias cidades do Leste goiano, cujas economias se encontravam estagnadas naquele momento (GUIMARAES; LEME, 2000).

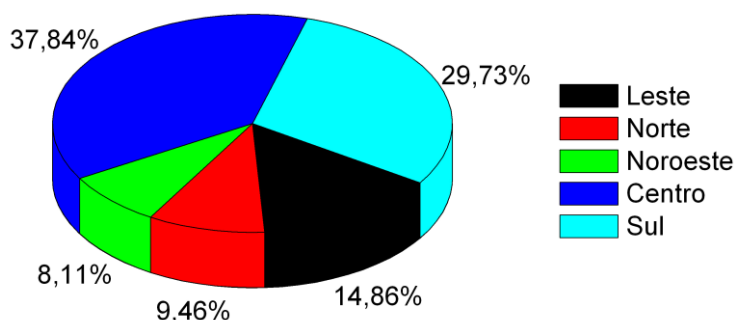
Diante o contexto histórico acima, a economia goiana se desenvolveu com base em aglomerações econômicas que acabam por requerer análises individuais das mesorregiões sob o ponto de vista de produção. Quanto à mesorregião Central do estado, os empregos gerados em 2005 pelo setor produtivo terciário corresponderam a mais de 77% do total de empregos gerados em seus municípios. Em 2010, este número teve leve queda para 75%. No entanto, este alto percentual é inevitavelmente atrelado à vasta gama de serviços oferecidos nas regiões de Goiânia e Anápolis. O mesmo pode-se dizer a respeito do setor secundário, ligado às práticas industriais. Embora o setor tenha historicamente contribuído com mais de 20% do total de empregos gerados na região, a indústria em microrregiões mais distantes da capital, como a de Iporá, pouco contribuem para o PIB goiano e para a geração de empregos. Ainda a respeito do contexto histórico anteriormente reportado, a mesorregião Leste do estado tem gradativamente conseguido se beneficiar de sua proximidade com a capital federal Brasília. Sobretudo, o setor de serviços na região apresenta crescimento recente, visto que tem conseguido atrair parte do capital circulante no distrito federal. Finalmente, a mesorregião Sul é aquela em que o setor secundário apresenta o percentual de empregos gerados mais significativa dentre todas as mesorregiões goianas, com contribuição superior a 25%, refletindo seu processo de industrialização acelerado em comparação às demais regiões do interior do estado (IF GOIÁS, 2010; IF GOIÁS, 2012).

Atualmente, algumas medidas e mecanismos são importantes no objetivo de reduzir as disparidades socioeconômicas no estado de Goiás. Por exemplo, a construção da Ferrovia Norte-Sul e a completa exploração de sua potencialidade operacional trará naturalmente um melhor trânsito de mercadorias de e para a região norte do estado (GOIAS, 2012). Outro aspecto relevante e de particular interesse neste trabalho é o investimento e suporte aos setores produtivos de cada região goiana. Em muitos casos, o desenvolvimento ou exploração abaixo do esperado de alguns núcleos produtivos do estado se devem à lacunas na comunicação entre a sociedade e o setor produtivo. Neste contexto, há de se fazer presente a atuação de instituições de ensino, sobretudo aquelas de nível superior. Para tanto, dois fatores se mostram de particular relevância: a necessidade de distribuição homogênea destas instituições pelo estado bem como dos recursos a ela destinados e também a consonância da filosofia de tais instituições para com as regiões em que estão localizadas.

3.2.1. A distribuição das instituições de ensino superior em Goiás

Embora analisar a consonância da filosofia das instituições de ensino para com as regiões em que estão localizadas seja de fato o foco deste trabalho, analisemos primeiramente, de forma sucinta, a distribuição das instituições de ensino pelo território goiano. Considerando as instituições de ensino superior federais, estaduais e municipais presentes no estado, conforme resultado obtido via busca online e ilustrado na Figura 3.4, estas se distribuem majoritariamente nas regiões de melhores indicadores socioeconômicos (conforme análise realizada no dia 19 de Junho de 2018). Por sua vez, o IF Goiano segue este padrão, sendo que das 12 cidades atendidas pelo instituto, 9 se localizam nestas regiões.

Figura 3.4. Distribuição das Instituições de Ensino Superior públicas pelas mesorregiões do estado de Goiás



Fonte: Elaboração própria

Os resultados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016) revelam dados que assistem a interpretação do gráfico acima. Em 2016, dos 246 municípios goianos, somente 33 contavam com docentes de nível superior. Ao todo, foram contabilizados 13098 docentes, sendo que cerca de 79% destes estavam locados na capital do estado e na cidade de Anápolis. Assim, conforme apresentado na Tabela 3.2, se por um lado a mesorregião central possui grande parcela das instituições de ensino superior do estado, por outro lado estas são majoritariamente concentradas em somente dois municípios. Deste modo, em se tratando do interior do estado, somente a mesorregião Sul conta com número satisfatório de instituições de ensino superior.

Tabela 3.2. Número de docentes e alunos matriculados nos municípios da mesorregião central de Goiás

Município	Docentes	Alunos matriculados
Anápolis	2971	28686
Anicuns	46	880
Ceres	42	2976
Goiânia	7412	109601
Iporá	27	1355
Total em Goiás	13098	243744

Fonte: Brasil, 2016.

A análise dos impactos oriundos da presença das instituições de ensino nas diferentes regiões do estado é complexa e deve ser feita de maneira criteriosa e temporal. Entretanto, levando-se em conta os possíveis efeitos de curto prazo relacionados ao aumento do fluxo monetário nas cidades em que se encontram tais instituições, é de se esperar que, sob influência de diferentes políticas públicas, uma distribuição mais homogênea destas instituições ocorra gradativamente ao longo dos anos. Estes efeitos se fazem notar sobretudo em cidades de menor porte, como Anicuns,

Ceres e Iporá, cujos índices socioeconômicos são por vezes mascarados pela presença de Goiânia e Anápolis na mesorregião. Enquanto Anicuns não conta com unidade do IF Goiano, as cidades de Ceres e Iporá dispõem de tal benefício. Entretanto, ao passo que a unidade em Ceres tem origem com a já anteriormente estabelecida Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe), inaugurada em 30 de janeiro de 1994, a unidade de Iporá teve sua construção iniciada em 2008 e inauguração em 2010.

Podemos aqui considerar também os possíveis efeitos a longo prazo, relacionados à produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico. Neste aspecto, a homogeneidade na distribuição e atuação das instituições de ensino superior no estado de Goiás é também preponderante. Levando-se em conta somente o IF Goiano, este conta atualmente com 12 programas de pós-graduação *strictu-sensu*, sendo 11 localizados no Sul goiano e 1 na unidade de Ceres, refletindo uma estruturação mais avançada deste Campus em relação, por exemplo, à unidade de Iporá.

Assim, o surgimento e os efeitos do Campus do IF Goiano em Iporá, ainda em seu estágio inicial de desenvolvimento e efetivação naquela microrregião, representa uma oportunidade de estudo para compreensão dos benefícios de uma Instituição de Ensino Superior desde o seu princípio. Com este trabalho somado a trabalhos futuros, poderemos estabelecer a evolução da consonância da filosofia da instituição para com a região de Iporá e mensurar os possíveis efeitos desta relação.

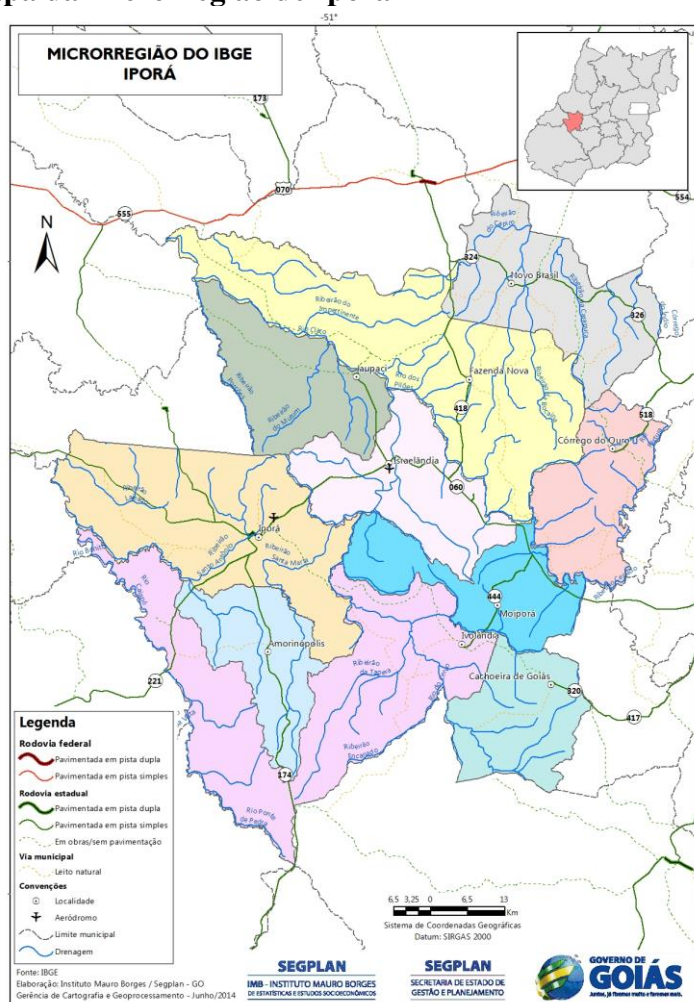
3.3. A microrregião de Iporá

A história do município de Iporá data do período de grande exploração aurífera no estado de Goiás (entre 1726 e 1750, conforme outrora mencionado). Em 1748, às margens do Rio Claro, deu-se a fundação do arraial de Pilões que à época era somente uma guarnição militar da polícia portuguesa. A notável produção de diamantes somada à sua importante função de entreposto comercial entre Vila Boa de Goiás e Cuiabá acarretaram em rápido crescimento na região. Como consequência, em 5 de julho de 1833, com o nome de Rio Claro, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Vila Boa. Em 1938, Rio Claro teve seu nome alterado para Itajubá e fora transferido para as margens do córrego Tamanduá. Alguns anos depois, em 1943, o distrito teve seu nome alterado para Iporá e em 19 de novembro de 1948, foi elevado à categoria de município. Nos anos seguintes, outras cidades nas proximidades de Iporá foram emancipadas, constituindo a atual microrregião de Iporá. Em 1953 deram-se as emancipações de

Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova e Ivolândia e em 1958 foram emancipados os municípios de Amarinópolis, Israelândia, Moiporá, Novo Brasil e Jaupaci (IF GOIANO, sd).

Atualmente, a microrregião de Iporá possui 7.074 km de área total e 62.202 habitantes, sendo que 95,81% vive em área urbana e apenas 4,19% em área rural. Esta microrregião é composta pelos 10 municípios citados anteriormente: Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil (IFG, 2013b). Um mapa desta microrregião e apresentado na Figura 3.5.

Figura 3.5. Mapa da microrregião de Iporá



Fonte: IMB, sdc.

Para melhor entendimento acerca da conjuntura desta microrregião, na Tabela 3.3 são mostradas as potencialidades econômicas das cidades que a compõem. A referida tabela foi elaborada com base no documento “Perfil e Potencialidades dos Municípios

Goianos”, preparado pelo Instituto Mauro Borges, IMB. Nota-se que todas as cidades apresentam potencialidades relacionadas aos setores primário e terciário (exceção feita à Cachoeira de Goiás neste último caso). Em contrapartida, as atividades industriais se mostram escassas na região.

Tabela 3.3. Potencialidades econômicas das cidades que compõem a microrregião de Iporá.

Município	Produção principal da Agropecuária no município	Principais atividades industriais no município	Sede ou participante de Arranjo Produtivo Local
Amarinópolis	Criação de bovinos, vacas leiteiras; produção de leite e mandioca	Indústria de laticínios	Mandioca da Microrregião de Iporá
Cachoeira de Goiás	Criação de bovinos	-	-
Córrego do Ouro	Criação de bovinos, vacas leiteiras; produção de leite; arroz	Indústria de laticínios	Confecções de Sanclerlândia; Lácteo da Região de São Luís de Montes Belos
Fazenda Nova	Criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos, aves; produção de leite e mel	Fabricação de produtos cerâmicos, indústria de laticínios	Carne da Microrregião de Jussara
Iporá	Criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos, aves; produção de leite e mel; mandioca	Indústria de laticínio, confecção de artigos do vestuário e acessórios; extração de argila	Sede do APL Mandioca da Microrregião de Iporá
Israelândia	Criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos; produção de leite; mandioca; produção de madeira em tora	Fabricação de produtos cerâmicos	Mandioca da Microrregião de Iporá
Ivolândia	Criação de bovinos, vacas leiteiras; produção de leite; soja	-	Lácteo da Região de São Luís de Montes Belos; Mandioca da Microrregião de Iporá
Jaupaci	Criação de bovinos	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Mandioca da Microrregião de Iporá
Moiporá	Criação de bovinos	-	Lácteo da Região de São Luís de Montes Belos; Mandioca da Microrregião de Iporá
Novo Brasil	Criação de bovinos	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Carne da Microrregião de Jussara; Lácteo da Região de São Luís de Montes Belos

Fonte: Elaborado pela Segplan – GO/ IMB/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011/ Adaptada

Os dados apresentados na Tabela 3.3 refletem o perfil econômico da região como mostrado na Tabela 3.4 abaixo. Nesta, pode-se contemplar as contribuições ao PIB da microrregião advindas dos diferentes setores produtivos. O setor de serviços é aquele com maior participação no PIB, que conta com pouca contribuição relativa da indústria. Os municípios com maior contribuição ao PIB são Iporá e Fazenda Nova, havendo porém uma grande discrepância entre estas (IFG, 2013a; IFG, 2013b). É importante notar ainda que o PIB da região corresponde a menos que 0,6% do PIB do estado de Goiás.

Tabela 3.4. Contribuições ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da microrregião de Iporá em comparação ao estado de Goiás em 2016 (R\$ mil)

Município	Agro-pecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública	Total	PIB per capita
Amorinópolis	21.453	1.997	11.284	16.538	51.273	15,301
Cachoeira de Goiás	7.771	1.029	6.330	9.145	24.275	18,131
Córrego do Ouro	21.201	1.998	8.937	11.513	43.650	17,823
Fazenda Nova	33.815	3.515	29.288	22.013	88.631	15,013
Iporá	46.583	55.010	298.094	108.447	508.134	17,464
Israelândia	14.254	2.114	12.906	13.028	42.301	15,388
Ivolândia	30.146	14.790	8.298	12.794	66.027	26,296
Jaupaci	14.348	2.458	10.483	14.364	41.652	14,381
Moiporá	14.475	1.363	6.143	10.115	32.096	19,566
Novo Brasil	24.393	2.619	13.150	15.233	55.394	17,341
Microrregião de Iporá	228.439	86.893	404.913	233.190	953.433	
Percentual em relação ao estado	1,4	0,2	0,4	1,0	0,5	
Estado de Goiás	16,1 milhões	37,8 milhões	100,7 milhões	24,5 milhões	173,6 milhões	26,26532

Fonte: IMB, sdd.

Na microrregião de Iporá, encontra-se efetivamente o APL Mandioca e Derivados de Iporá. No entanto, alguns municípios da microrregião integram APLs sediados em outras microrregiões, sendo eles: Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos, sendo Mara Rosa a cidade polo, Carne da Microrregião de Jussara, com polo em Jussara e Confeção da Microrregião de Sanclerlândia, com polo em Sanclerlândia. Excetuando-se este último, os demais APLs citados tem como foco principal os produtos primários (IFG, 2013b).

3.4. O campus do IF Goiano em Iporá e sua integração com as demandas regionais

Conforme pôde ser observado na sessão anterior, a microrregião de Iporá apresenta características marcantes quanto aos focos econômicos e mercadológicos. Seu setor produtivo se suporta nos setores primários e terciários enquanto que a participação do setor de indústria no PIB é menos relevante. De modo geral, a microrregião de Iporá tem pequena contribuição em relação à conjuntura econômica de Goiás como um todo, explicitando a necessidade de crescimento.

Diante do cenário econômico e mercadológico traçado, a discussão sobre os aspectos educacionais nesta microrregião se faz relevante pois permite um planejamento da oferta de cursos por parte das instituições públicas de ensino de modo superar fatores restritivos ao desenvolvimento. Atualmente, a cidade de Iporá conta com uma unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e uma unidade do IF Goiano.

O Campus do IF Goiano em Iporá teve sua construção iniciada em 2008, quando a unidade foi criada, vinculada ao então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Rio Verde. O campus foi então inaugurado, já como unidade autônoma, em 01 de fevereiro de 2010 e encontra-se a 2 km do centro comercial da cidade. Os baixos indicadores econômicos e sociais da região, outrora citados, impulsionaram a instalação da unidade, vista como estratégia para atenuar demandas por formação profissional. Atualmente, segundo pesquisa realizada no endereço eletrônico da própria unidade¹ no dia 19 de Junho de 2018, a unidade conta com 74 docentes atuando em diversas áreas. Uma notável evolução em relação ao censo do ensino superior de 2016, cujos dados foram mostrados na Tabela 3.2.

A integração desta unidade do IF Goiano com a sociedade na qual se insere tem sido buscada através da participação em eventos voltados à extensão, pesquisa e ensino. Se por um lado as práticas relacionadas à pesquisa demandam tempo e maior investimento para que resultados notáveis sejam apresentados, quanto à extensão, diversos projetos e eventos foram criados nos últimos anos e mostram clara integração da instituição com a sociedade (IF GOIANO, 2017; IF GOIANO, 2018). Em alguns casos, estes são de grande consonância com os cursos de nível superior ofertados na unidade (citados em detalhes em seguida) e com os setores produtivos da região. Por

¹ <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ipora.html>

exemplo, a Feira de Potencialidades do Oeste Goiano (Agrotecnoeste) foi promovida pelo IF Goiano no intuito de integrar instituições de ensino e os setores produtivos, os eventos “Dia de Campo” que possibilitaram produtores rurais a terem acesso à resultados de pesquisas científicas além dos diversos eventos de difusão tecnológica. Ainda, o campus promoveu cursos do software AutoCad para a comunidade iporaense, além do Encontro Anual de Tecnologia da Informação do Oeste Goiano – ENATI. Em outros casos, o IF Goiano atuou de modo a disponibilizar à sociedade projetos culturais, como no caso da Companhia de Teatro Itajubá, promover educação ambiental (Projetos 5R’s e Mudança de hábitos), introdução à ciência (Feira de Ciências e Tecnologia) e executou ainda o projeto Horta Escolar, voltado à produção de olerícolas em escolas municipais.

Por fim, no que diz respeito ao ensino, o campus de Iporá oferece atualmente cursos superiores, para os quais se voltam o foco deste trabalho, e cursos técnicos integrados e técnicos concomitantes ou subsequentes, conforme mostrado na Tabela 3.5 abaixo.

Tabela 3.5. Cursos Ofertados no IF Goiano – Campus Iporá.

Curso	Modalidade
Agronegócio	Tecnólogo
Agronomia	Bacharel
Agropecuária	Técnico Integrado, Concomitante ou Subsequente
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo
Desenvolvimento de Sistemas	Técnico Integrado
Informática	Técnico Integrado, Concomitante ou Subsequente
Química	Técnico Integrado
Química	Licenciatura
Secretariado	Técnico Concomitante ou Subsequente

Fonte: elaboração do autor

Os Institutos Federais de Educação devem ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores. Conforme prevê nos artigos 7º e 8º da Lei de criação dos Institutos Federais nº 11.892/2008:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º-(BRASIL, 2008, p. 1).

Cursos técnicos integrados ao ensino médio são aqueles cuja formação técnica e básica ocorrem de forma integrada, numa perspectiva de formação humana integral para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, para esses cursos os Institutos deverão ofertar 50% das vagas, assim como 20% das vagas para atender as licenciaturas. Considerando a autonomia pedagógica e administrativa, bem como os objetivos definidos na Lei nº. 11.892/2008, pode-se afirmar que a oferta de cursos técnicos integrados e licenciaturas não só deve ser assegurada, como é uma determinação legal.

No intuito de avaliar a articulação dos cursos superiores oferecidos com os setores produtivos da região, é válida a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e os

respetivos objetivos traçados. Tais documentos se encontram disponíveis no sítio eletrônico do campus². Seguem abaixo tais análises.

a) **Agronegócio (modalidade tecnólogo):** o PPC do curso dispõe o objetivo de atender alunos de toda a região Centro-Oeste, do Brasil e até mesmo do exterior. Como esperado, o curso se suporta na necessidade de formação técnica na região, cuja economia é baseada no setor primário. Em particular, o documento chama atenção à grande fatia de propriedades rurais de pequeno porte, e que clamam por melhor qualificação. Ainda, o documento afirma que o curso tem por objetivo a formação de profissionais para “atuarem nas áreas de gestão da produção, transformação, comercialização, em atividades agroindustriais através de assessoria técnica, na administração de empresas comerciais, industriais, agrícolas, cooperativas, prestadoras de serviços e instituições públicas”.

b) **Agronomia (modalidade bacharelado):** aqui, conforme apresentado no PPC, o curso, além de atender demandas regionais semelhantes às citadas para o curso de Agronegócio, se caracteriza pela ampla gama de possibilidades aos egressos. Estes poderão atuar em áreas diversas tais como fitotecnia, conservação e manejo dos solos, fitossanidade, nutrição e adubação, processamento e armazenamento de grãos e sementes, melhoramento, paisagismo e floricultura, topografia, agrometeorologia e pecuária.

c) **Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (modalidade tecnólogo):** neste caso, o PPC define a informática como “instrumento essencial no processo de suporte e desenvolvimento de diversas atividades gerenciais e operacionais”. Assim, considerando a economia da região de Iporá, em grande parte baseada no agronegócio, o curso visa a formação de profissionais capazes de otimizar processos de produção de empresas de grande, médio e pequeno porte. O PPC chama ainda a atenção para o processo de industrialização no estado de Goiás e a consequente demanda por profissionais ligados à tecnologia como um dos motivos para a criação do curso no campus de Iporá. Dentre as possíveis atuações do egresso, destacam-se as seguintes: analista de sistemas, programador de sistemas, analista de suporte, analista de negócios, administrador de banco de dados, analista/Gerente de tecnologia da

² <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ipora.html>

informação, projetista de sistemas, gerente de projetos de sistemas, consultor/auditor de sistemas, professor e/ou pesquisador.

d) **Química (modalidade: licenciatura):** dentre os objetivos gerais do curso descritos no PPC, destaca-se a formação de profissionais da educação que compreendam os conceitos, leis e princípios da Química e que conheçam a aplicabilidade dessa Ciência na vida cotidiana e nos processos de produção material. Embora já mencionado, há de se destacar que, em se tratando de um curso de modalidade licenciatura, o curso de Química visa portanto a formação de profissionais do ensino e não de profissionais para atuação em indústrias ou similares.

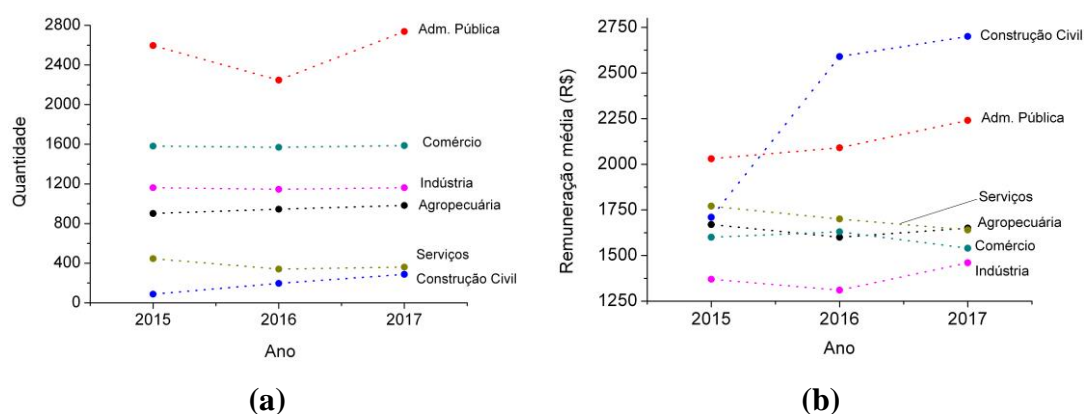
Em princípio, os quatro cursos superiores visam o atendimento de demandas do setor primário e terciário, mesmo que de forma indireta como no caso do curso de licenciatura em Química. No caso do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este visa também a formação de profissionais que possam eventualmente atuar no setor secundário da produção, o setor industrial. Embora este setor contribua somente com pequena parcela do PIB regional, há de se esperar que em médio e longo prazo o processo de industrialização experimentado sobretudo pelo Sul goiano se estenda para as demais regiões do estado.

Seguindo este contexto, é válida a análise do desenvolvimento do mercado de trabalho em diversos setores na microrregião de Iporá nos últimos três anos. As Figuras 3.6(a) e (b) mostram respectivamente a evolução da quantidade de pessoas empregadas e da remuneração média em diversos setores ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017. Os dados correspondentes aos gráficos mostrados estão apresentados em seguida na Tabela 3.6. Com base na Figura 3.6(a), fica claro que somente o setor de construção civil apresentou crescimento consistentemente progressivo na quantidade de pessoas empregadas nos anos em questão. No entanto, o percentual destes empregados em relação ao total da microrregião é ainda baixo. Enquanto o setor de administração pública apresentou aumento de empregados de 2016 a 2017, os setores de comércio e indústria se mostram praticamente estagnados e o setor de serviços tem leve queda no número de empregados. Por um lado, esta situação reflete a estagnação econômica em todo o país neste período. Por outro lado, realça também a necessidade de formação de profissionais de capacitação especializada para cada uma destas áreas.

Notemos assim, que o setor de agropecuária, atendido por 2 cursos superiores do IF Goiano, além de estar relacionado ao único APL efetivamente na região, apresentou um leve aumento na quantidade de empregados. Em relação à remuneração média dos

empregados por setor, os setores de construção civil, administração pública e indústria são aqueles que se mostram maior aumento percentual sobretudo entre 2016 e 2017. Neste mesmo período, os setores de serviço e comércio acusam redução da remuneração média enquanto o oposto se nota para o setor de agropecuária, que acusa leve aumento. Tal fato pode estar relacionado à formação de profissionais mais especializados na região, garantida pelo próprio IF Goiano, conforme será discutido no capítulo IV.

Figura 3.6. Evolução da quantidade de pessoas empregadas (a) e da remuneração média (b) em diversos setores ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017 na microrregião de Iporá.



Fonte: Ministério do Trabalho

Tabela 3.6. Quantidade de empregos e remuneração média por grandes setores de atividade da microrregião de Iporá.

Ano:2015			
Setores	Quantidades	%	Remuneração Média
Agropecuária	901	13,31	R\$ 1.670,00
Adm Pública	2596	38,34	R\$ 2.030,00
Construção Civil	87	1,28	R\$ 1.710,00
Comércio	1581	23,35	R\$ 1.600,00
Industria	1161	17,15	R\$ 1.370,00
Serviços	445	6,57	R\$ 1.770,00
Total	6771	100	-
Ano: 2016			
Agropecuária	944	14,66	R\$ 1.600,00
Adm Pública	2247	34,88	R\$ 2.090,00
Construção Civil	196	3,04	R\$ 2.590,00
Comércio	1569	24,36	R\$ 1.630,00
Industria	1145	17,78	R\$ 1.310,00
Serviços	340	5,28	R\$ 1.700,00

Total	6441	100	-
Ano: 2017			
Agropecuária	982	13,79	R\$ 1.650,00
Adm Pública	2738	38,5	R\$ 2.240,00
Construção Civil	287	4,1	R\$ 2.700,00
Comércio	1586	22,26	R\$ 1.540,00
Industria	1161	16,30	R\$ 1.460,00
Serviços	360	5,05	R\$ 1.640,00
Total	7124	100	-

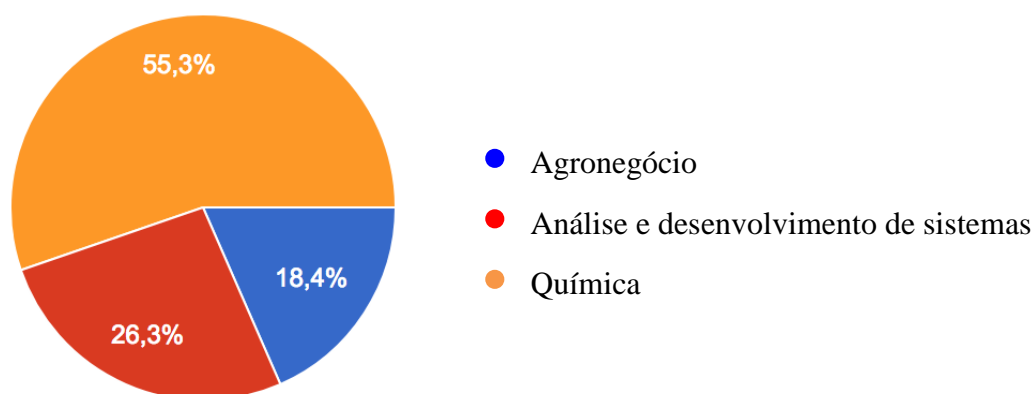
Fonte: Ministério do Trabalho

CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

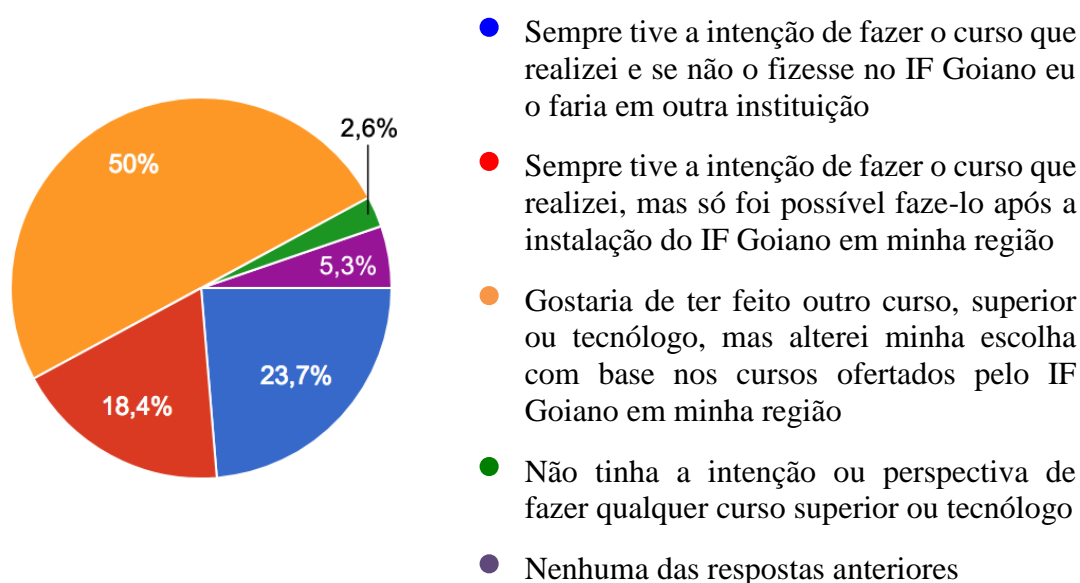
Neste capítulo são apresentados os resultados oriundos da aplicação de formulários de pesquisa aos alunos egressos do IF Goiano, Campus de Iporá. Conforme descrito na Metodologia, o formulário foi elaborado com 12 perguntas e foi aplicado à 69 indivíduos. Destes, 54 se dispuseram a participar da pesquisa. A seguir, as referidas perguntas são apresentadas juntamente com as respectivas respostas organizadas na forma de gráficos circulares.

4.1. Questionário e respostas

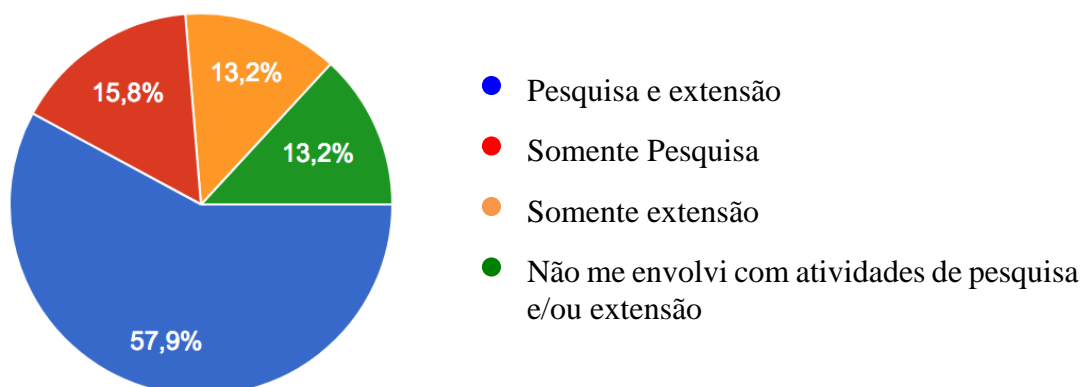
Questão 1: Qual curso você realizou no IF Goiano – Iporá?



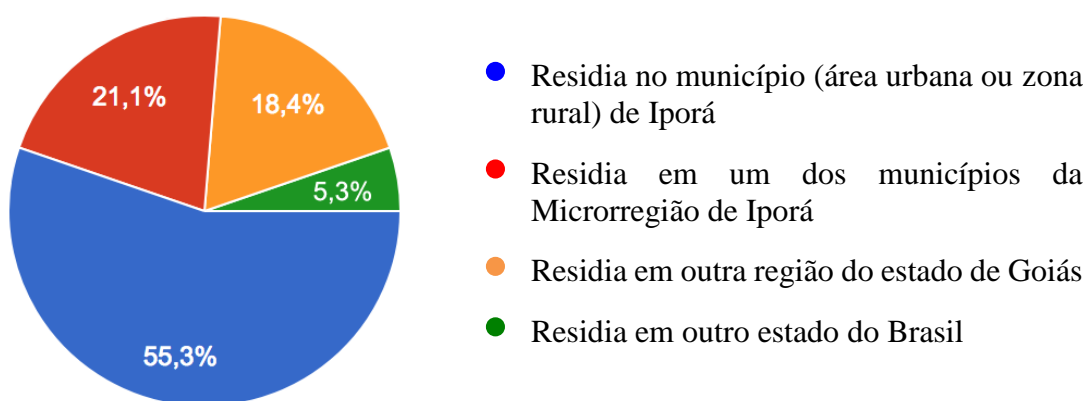
Questão 2: Em relação à escolha do curso realizado:



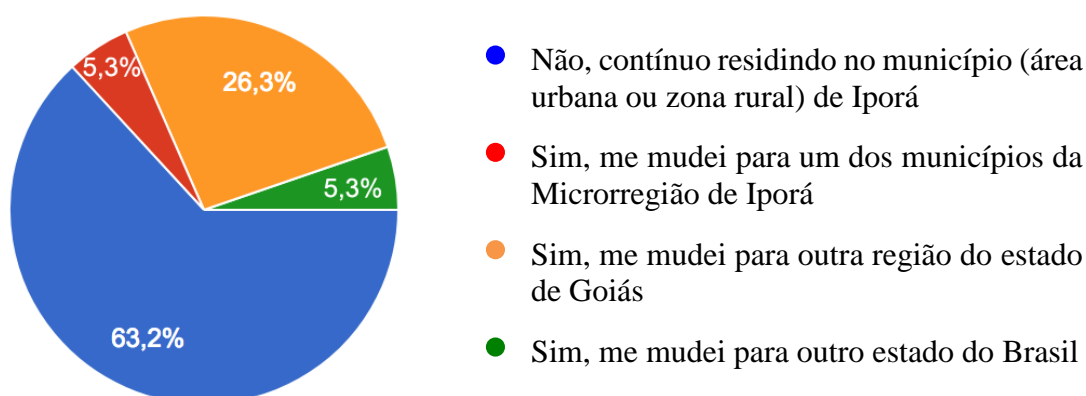
Questão 3: Ao longo do curso você se envolveu com atividades de pesquisa e/ou extensão?



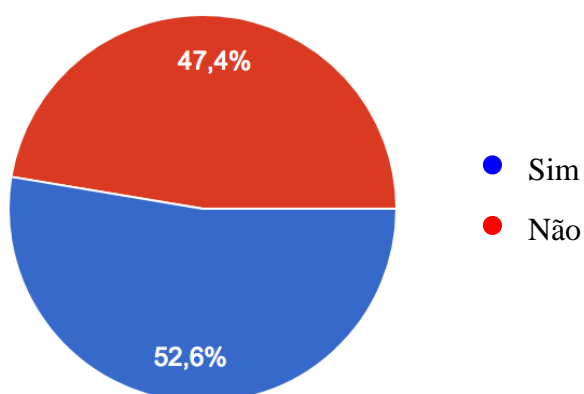
Questão 4: Residia em qual região antes de cursar o curso superior no IF Goiano – Campus Iporá?



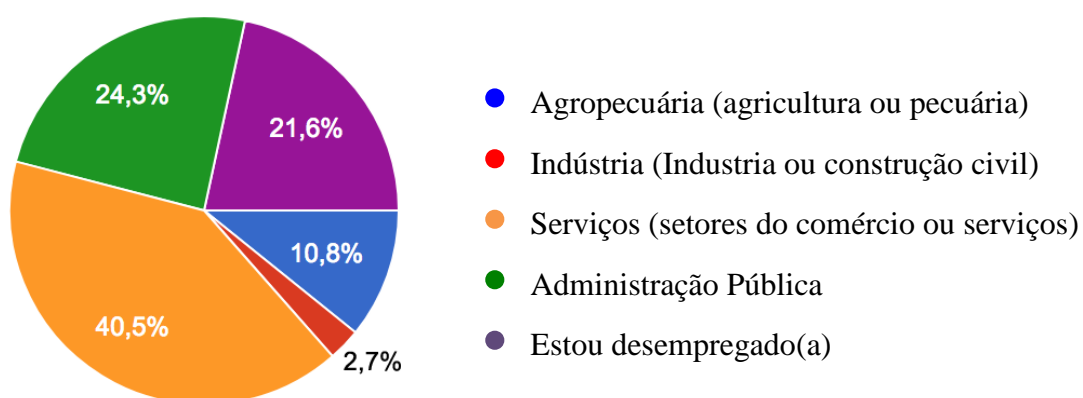
Questão 5: Mudou-se do município de Iporá após a conclusão do curso superior?



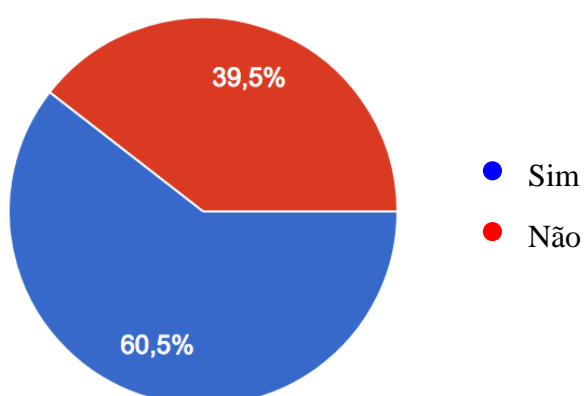
Questão 6. Você está trabalhando na região (Iporá ou na microrregião de Iporá) em que se formou?



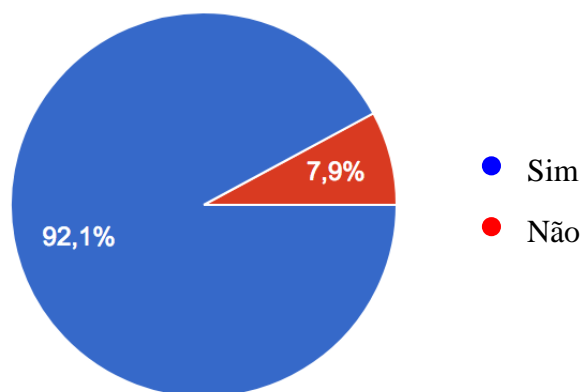
Questão 7: Qual setor produtivo você está trabalhando?



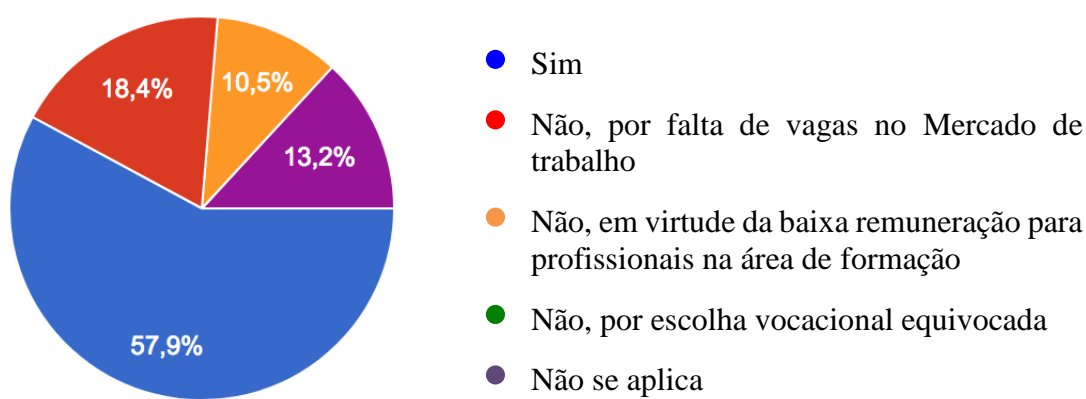
Questão 8: O trabalho que realiza atualmente está relacionado com os conhecimentos adquiridos no curso?



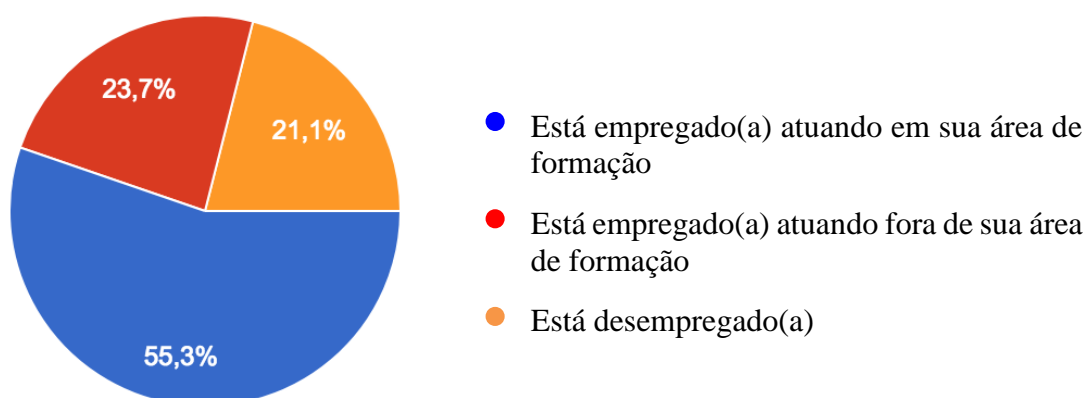
Questão 9: O curso que realizou lhe permite trabalhar na região onde estudou?



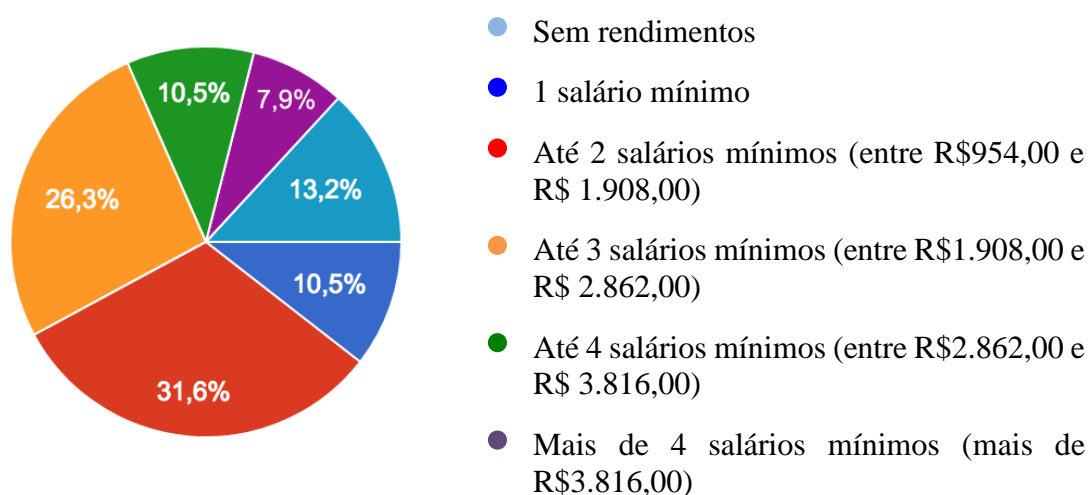
Questão 10: Você trabalha na área em que se formou?



Questão 11: Após realizar o curso, você:



Questão 12: Considerando o salário mínimo federal vigente no momento da aplicação deste formulário (R\$ 954,00) qual a sua renda mensal?



4.2. Discussão

Primeiramente, através de dados disponibilizados pelo setor de tecnologia da informação da reitoria do IF Goiano, é possível trazer à luz algumas características da sociedade a qual a unidade de Iporá serve. Tais informações são referentes aos candidatos ao processo seletivo de vestibular do ano de 2016 e são relevantes no sentido de compreender o público a quem foram aplicados os formulários. Predominantemente, o IF Goiano recebeu naquele ano candidatos de até 24 anos, que somaram mais de 90% dentre os inscritos para o vestibular. Um percentual de 69% se declarou pardo, negro ou de descendência indígena e aproximadamente 70% declarou morar com os pais. Ainda, aproximadamente 70% declararam renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos. Logo, é possível observar que o IF Goiano atende, em sua maioria, a uma porção da população formada por jovens de baixa renda e que ainda não conquistaram sua independência financeira.

Dentre os cursos ofertados pela unidade acadêmica, foi possível obter informações acerca de egressos dos cursos de Agronegócio (modalidade tecnólogo), Análise e desenvolvimento de sistemas (modalidade tecnólogo) e Química (modalidade licenciatura). Dentre os entrevistados, a maioria se tratava de indivíduos que haviam cursado o curso de Química (55,3%), enquanto 26,3% haviam cursado o curso de Análise e desenvolvimento de sistemas e 18,4% eram egressos do curso de Agronegócio.

De acordo com a Questão 2, 50% dos entrevistados afirmaram que “Gostariam de ter feito outro curso, superior ou tecnólogo, mas alteraram sua escolha com base nos cursos ofertados pelo IF Goiano em minha região”. Este resultado demonstra a clara influência que uma instituição de ensino superior pode exercer em relação ao direcionamento da capacitação da sociedade. Somam-se ainda a este resultado os 18,4% de entrevistados que afirmaram “Já possuem a intenção de fazer o curso que realizaram, mas só foi possível fazê-lo após a instalação do IF Goiano na região”. Ainda, a Questão 3 demonstra que a unidade do IF Goiano vem conseguindo sucesso no sentido de apresentar aos alunos as diferentes faces da atividade acadêmica, visto que 86,8% dos entrevistados declararam terem participado de atividades ou de pesquisa ou extensão ou ambos. No caso específico de atividades científicas, é provável que o instituto apresente resultados ainda melhores quando egressos do curso de bacharelado em Agronomia forem incluídos em pesquisas futuras.

Os resultados obtidos mostram também que o IF Goiano tem sido capaz de atrair pessoas para a microrregião de Iporá. De acordo com as respostas dadas na Questão 4, 18,4% dos entrevistados se mudaram de outras partes do estado e do país para a região de Iporá para realizarem o curso superior. Em contrapartida, um percentual superior, 26,3%, deixou a região após a conclusão do curso. Estes resultados são, de certo modo, consonantes com os valores obtidos no último censo da cidade de Iporá, em 2010, e na atual estimativa da população no município. Nestes, o número de habitantes foi determinado como 31.274 e 31.563, respectivamente, demonstrando que o tamanho da população encontra-se praticamente estagnado (IBGE, 2018).

Considerando os resultados outrora mostrados na Figura 3.6, o setor de administração pública é, de longe, aquele que concentra o maior número de funcionários na região. Assim, nota-se que nesta porção do estado de Goiás há carência de estímulo aos demais setores produtivos para que os egressos da unidade acadêmica possam se fixar nos municípios sem que haja dependência de aprovação em concursos públicos ou indicações pessoais.

Ainda no contexto do parágrafo anterior, há de se considerar também a crise econômica atravessada pelo país nos últimos anos. Como reflexo, 21,6% dos entrevistados declararam, em resposta à Questão 7, estarem desempregados. Notemos que este percentual é comparável ao percentual de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos no Brasil, que chega atualmente a cerca de 27%. Ainda, 24,3% possuem empregos ligados à administração pública enquanto somente 10,8% declararam possuir empregos

ligados à agropecuária, que representa o setor produtivo da região de maior contribuição ao PIB goiano. É também de se esperar que este percentual se torne gradativamente mais satisfatório na medida que egressos do curso de Agronomia adentrem o mercado de trabalho na região. Finalmente, 40,5% dos entrevistados estão ligados à setores do comércio e serviços e apenas um dos entrevistados declarou exercer atividade profissional ligada à indústria e construção civil. Estes resultados estão alinhados aos dados apresentados na Tabela 3.6. A discussão se estende dado que dentre os entrevistados que declaram não atuar em sua área de formação, 18,4% atribuem o fato à falta de vagas no mercado de trabalho e 10,5% à baixa remuneração para profissionais na área. Em ambos os casos, é de se esperar que poucos indivíduos optem por abandonar carreiras estáveis na administração pública, nas quais os salários são razoáveis para a realidade da região (vide Tabela 3.6), para buscarem a atuação em outras áreas. Em todo caso, considerando o percentual de entrevistados que declarou atuar em funções relacionadas à sua área de formação (Questões 10 e 8), é provável que alguns deles estejam de alguma forma inseridos no contexto de administração pública.

São aqui válidas algumas reflexões acerca dos dados acima citados. Fica claro que o IF Goiano, enfrenta, como parte de um contexto de diversos níveis, a sabida dificuldade de integrar jovens formandos ao mercado de trabalho. Sobretudo, conforme mostrado pelo perfil dos candidatos ao vestibular da unidade em 2016, o IF Goiano serve à discentes majoritariamente de baixa renda, que enfrentam não somente a falta de experiência inerente de jovens, mas também desafios da escalada social.

Ademais, o baixo percentual de egressos com atividades profissionais ligadas à agronomia sugere que este setor produtivo carece de maior integração com o setor de serviços, por exemplo. O IF Goiano pode atuar em médio e longo prazo no sentido de modificar este cenário. Estudos recentes apontaram que o setor de agricultura da região de Iporá, embora importante economicamente para os municípios, possui produtividade inferior ao seu potencial (DIAS ET AL., 2015a; DIAS ET AL., 2015b). A realização de novas pesquisas neste sentido e, principalmente a divulgação de seus resultados por meio de práticas de extensão já atuantes no instituto, deverá ser capaz de informar os produtores locais e estimular o setor. Naturalmente, o IF Goiano em Iporá deverá também reverter ao longo do tempo o atual cenário de escolaridade do produtor rural na região. Por exemplo, no município de Iporá em 2017, o número de produtores rurais com formação de nível superior foi cerca de 2,3 vezes maior que o número de

produtores que nunca frequentaram a escola. Em Goiânia e em Rio Verde, cidades com elevado acesso às instituições de ensino superior, este valor é superior a 5 vezes.

Ainda, o IF Goiano poderá atuar como articulador para a criação de cooperativas e novos APLs, que naturalmente aumentarão a oferta de empregos diretos e indiretos aos profissionais egressos tanto no setor de agricultura como no setor de comércio e serviços. A valorização do produto local, como forma de oferecer ao consumidor a oportunidade de consumir produtos de origem conhecida, é uma importante tendência mercadológica a ser incentivada na comunidade. Ainda, por essência, o produtor da região, se devidamente orientado e articulado, pode explorar de forma mais incisiva o mercado de produtos orgânicos, altamente valorizado mundialmente. Em Iporá, cerca de 84% dos produtores declaram não utilizar agrotóxicos nas lavouras, enquanto este valor cai para 63% em Goiânia e 55% em Rio Verde (IBGE, 2018). Algumas das potencialidades da região, como a produção de laticínios, mel e carne, conforme mostrado na Tabela 3.3, poderiam em curto prazo explorar este nicho mercadológico específico. Tomando como base sua própria missão e preceitos, o IF Goiano pode atuar no sentido de mostrar à comunidade suas características potencialmente lucrativas além de promover cursos de capacitação pessoal.

Por outro lado, o alto percentual de egressos do curso de licenciatura em Química é indicativo de uma mudança gradativa na sociedade da microrregião e que pode representar um problema adicional a ser atacado pelo IF Goiano. Estes profissionais, formados com o intuito de se tornarem professores, sobretudo em nível fundamental e médio, podem ser parte dos responsáveis pelo alto número de entrevistados que declaram estar empregados no setor terciário. Conforme apontado por Rodrigues (2014), as escolas rurais da microrregião ofertam em grande parte somente o nível fundamental de ensino. No entanto, o aumento da competitividade comercial tem levado muitos pais da zona rural a estimularem seus filhos a continuarem seus estudos nas cidades. Assim, segundo o autor,

[...] acredita-se que estes alunos perdem parte de seus valores e cultura, ficando sem o desejo de voltar para o campo e contribuindo assim, para a diminuição da população do campo e consequentemente limitando o desenvolvimento rural (RODRIGUES, 2014, p. 5).

Especificamente, o número de matrículas no ensino fundamental no município de Iporá aumentou entre 2016 e 2017 após longa queda entre 2005 e 2015. A mesma

tendência se observa no estado de Goiás como um todo. O ensino médio, por sua vez, teve leve queda no número de matrículas entre 2015 e 2017 (IBGE, 2018).

Em relação à remuneração atual dos entrevistados, esta segue um padrão condizente com os valores apresentados em outras questões, assim como com os dados mostrados na Tabela 3.6 e no perfil socioeconômico dos candidatos ao vestibular de 2016. Aqueles que declaram receber valores de até um salário mínimo ou não possuem rendimentos, 23,7%, somam percentual semelhante àqueles que declaram estar desempregados (21,1%). Aqueles que declaram receber até 3 salários mínimos, por sua vez, tem percentual semelhante àqueles que estão empregados em áreas de administração pública, cuja remuneração média em 2017 foi determinada como R\$ 2.240,00. Em 2016, conforme estimado pelo IBGE (IBGE, 2018), a media salarial dos trabalhadores de Iporá foi de 2,3 salários mínimos, o valor mais alto da microrregião e o 38º do estado e superior ao rendimento mensal per capita no estado de Goiás (R\$ 1277,00). No entanto, a taxa de ocupação da população (percentual da população efetivamente empregada) é de somente 17,7%, sendo, ainda assim, o valor mais alto da microrregião.

Deste modo, fica claro que o IF Goiano em Iporá é parte de um cenário socioeconômico complexo, embora detenha ferramentas e competências que podem ser utilizadas para a evolução da comunidade. Promover mudanças positivas sem que se perca a essência da microrregião se mostra um desafio adicional. Por um lado, a presença do instituto possibilitará à comunidade a chance de formação acadêmica. Por outro lado, a mesma presença do instituto e seus benefícios fazem com que surja na população elevadas ambições e expectativas quanto ao futuro. Diante tais almejos, e dada a falta de oportunidades na região, sobretudo para jovens egressos, o desejo de mudança para a capital e centros urbanos maiores é inevitável. Assim, faz-se primordial a atuação do poder público no sentido de criar oportunidades para a permanência dos cidadãos recentemente capacitados na microrregião e promover o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento regional é um processo complexo e dinâmico e que requer a sinergia entre vários órgãos e poderes. Como parte deste processo, o IF Goiano tem se mostrado importante na região de Iporá, embora os dados apresentados, seja com base na literatura, seja com base nos questionários, mostrem que muito ainda pode ser feito na direção de estimular os diferentes setores produtivos na região.

Neste trabalho, reconhecendo a complexidade de tal interação, entre uma instituição de ensino superior recém implantada e uma região com indicadores socioeconômicos pouco satisfatórios, buscamos primeiramente estabelecer conceitos importantes que norteiam os Institutos Federais desde a sua implantação até a formação de sua missão e valores. Em seguida, buscamos compreender os aspectos históricos e contemporâneos que levaram à conformação atual da microrregião de Iporá. Especialmente, buscamos estabelecer as potencialidades desta região e como o IF Goiano pode contribuir para o seu desenvolvimento.

Conforme discutido ao longo do trabalho, a presença de instituições de ensino acarreta em mudanças de curto, médio e longo prazo na região. Assim, a recém implantação da unidade de ensino, que por um lado motivou sua escolha como objeto de estudo, inerentemente nos impõe dificuldades no sentido de observar mudanças concretas na sociedade que serão somente observadas em anos ou décadas. Quanto às mudanças de curto prazo, como a movimentação comercial e fluxo de capital nas cidades, estas se mostram muitas vezes encobertas pelo baixo investimento por parte dos poderes estadual e federal e da grande dependência da população à cargos ligados à administração pública. Desta forma, é possível afirmar que o campus do IF Goiano apresenta ritmo de desenvolvimento mais acelerado do que aquele observado para a região como um todo. Assim, por vezes os municípios são ineficientes em absorver e reter os benefícios gerados pela instituição acadêmica. Esta observação acaba por elevar a responsabilidade do IF Goiano como propulsor do desenvolvimento na microrregião.

Em médio prazo, o sucesso dos projetos de extensão desenvolvidos pelo instituto deverá trazer benefícios aos APLs locais, no sentido de promover a integração entre produtores e disseminar informações que possam auxiliar na otimização do cultivo. Este último aspecto se beneficiará ao longo do tempo de atividades de pesquisa científica que necessitam de tempos maiores para que resultados notórios sejam

apresentados. Cabe também ao IF Goiano, como detentor de elite intelectual e acadêmica na região, observar possíveis nichos de mercado a serem explorados pela comunidade. Sugerimos, por exemplo, a valorização do produtor local como forma de possibilitar ao morador o consumo de produtos de procedência conhecida, uma crescente demanda no país. Atividades de divulgação podem ser criadas por meio de novos projetos de extensão neste sentido. A exploração de produtos orgânicos é também uma possibilidade, visto que alguns dos produtos já cultivados na região podem se enquadrar neste processo em curto prazo.

Foi possível notar que os egressos do IF Goiano tem pouco acesso à atividades ligadas à construção civil, área que mais cresce em termos de vagas e remuneração média na região. A integração de profissionais egressos do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas a este contexto é uma possibilidade real. Inicialmente, podem ser criados grupos de discussão, visando o surgimento de ideias potencialmente úteis ao mercado e, posteriormente, a criação de parcerias com o setor.

Conforme outrora discutido, o IF Goiano em Iporá é claramente um motor para mudanças positivas nos índices socioeconômicos da região. Contudo, o instituto é também propulsor de ambições e anseios na população que, ao se deparar com ausência de oportunidades pode ser levada a abandonar a região. Este contexto, cujas possíveis soluções dependem também de políticas públicas, deve ser debatido frequentemente com os governos municipais.

Finalmente, esperamos que este trabalho seja uma importante base comparativa para trabalhos futuros acerca da transformação regional causada pelo IF Goiano em Iporá. Ainda, trabalhos semelhantes tomando os demais campi do IF Goiano recém implantados como objeto de estudo devem ser encorajados. A ausência de dados e relatos científicos, e não somente puramente estatísticos, é ainda uma dificuldade superada ano a ano em todo o território brasileiro. Há assim que se ressaltar que não existe a possibilidade de compreender nosso complexo contexto social se não através da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

AMIND, A. Política regional numa economia global. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2007. p. 11-18.

BRANDÃO, H. A. **Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia.

BRASIL. “Decreto Federal nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências”. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 28 Nov. 1997. Seção I, p. 27937.

BRASIL. “Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências”. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 26 Jul. 2004. Seção I, p. 18.

BRASIL. “Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 30 Dez. 2008. Seção I, p. 1.

BRASIL. “Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 23 Dez. 1996. Seção I, p. 27833.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA. **Brasil é hoje o 13º país em produção de conhecimento, afirma gestor**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/07/brasil-e-hoje-o-13-pais-em-producao-de-conhecimento-afirma-gestor>>. Acesso em 14 Nov. 2017

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior**. 2016. Disponível em <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 13 Set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. 2005. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>>. Acesso em 13 de Set. 2018.

BRASIL. MINISTERIO DO TRABALHO. **CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Mte**. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em 01 Out. 2018.

BRASIL. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. 2004a. Disponível em <<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/APL/Termo%20de%20Referencia.pdf>>. Acesso em 02 de fev. 2018.

CAMPOS, K. C.; de CARVALHO, F. M. A. Produção, Mercados e Emprego no Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada no Estado do Ceará. **Documentos técnicos científicos**, v.41, n.3, 2010.

COELHO, G. N. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de vila boa**. 1997. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)**, 3, 2014.

COOKE, P.; LEYDESDORFF, L. Regional Development in the Knowledge-Based Economy: The Construction of Advantage. **Journal of Technology Transfer**, v.31, n.1, p.5 - 15, 2006.

CREMEGO. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS. **Em Goiás, há 1,97 médicos por mil habitantes:10% a menos do que a média nacional**. 2018. Disponível em:

<http://www.cremego.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27666%3A2018-03-21-11-24-52&catid=3%3Aportal&Itemid=491>. Acesso em 28 de jul. 2018.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DAWKINS, C. J. Regional Development Theory: Conceptual Foundations, Classic Works, and Recent Developments. **Journal of planning literature**, v.18, n.2, p.131 – 172, 2003.

DE AMORIM, W. A. C. A.; FISCHER, A. L. A aprendizagem organizacional e suas bases econômicas. **Nova Economia Belo Horizonte**, v.23, n.2, p.329 – 366, 2013.

DE PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação, Campinas; Sorocaba**, v.14, n.1, p.71 - 84, 2009.

DE PAULA, M. F. C. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Revista de sociologia**, v.14, n.2, p.147-161, 2002.

DEEPASK. **Veja mapa do Produto Interno Bruto - PIB por mesorregião do Brasil**. Sd. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Veja-mapa-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---por-mesorregiao-do-Brasil>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

DIAS, K. M.; SILVA, M. M.; WANDER, A. E.; SALVIANO, P. A. P.; CARVALHO, E. R. **Uma perspectiva de desenvolvimento rural baseada nas características socioeconômicas dos produtores rurais de Iporá e região, estado de Goiás/GO**. *Revista Verde (Pombal - PB - Brasil)*, 10, 4 , 49 - 57, 2015a.

DIAS, K. M.; SILVA, M. M.; WANDER, A. E.; SALVIANO, P. A. P.; CARVALHO, E. R. **Perspective for rural development based on the dairy-farming production system in Iporá and surroundings, Goiás State**. *Revista Verde (Pombal - PB - Brasil)*, 10, 3 , 16 - 24, 2015b.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia Belo Horizonte**, v.18, n.1, p.11 – 32, 2008.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação**

econômica de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2004. 238p.

FAPEG - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS. **CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016 Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR – CNPq / FAPEG.** 2017. Disponível em <<http://www.fapeg.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/RESULTADO-FINAL-DCR-04-2016.pdf>>. Acesso em 21 de jun. 2017.

FAPEG - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS. **IF Goiano tem primeira defesa de doutorado oferecida exclusivamente por Instituto Federal do País.** 2016. Disponível em <<http://www.fapeg.go.gov.br/if-goiano-tem-primeira-defesa-de-doutorado-em-instituto-federal-do-pais/>>. Acesso em 21 de jun. 2017.

FUNES, E. **Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: Editora da UFG, 1986. 175p.

GARFIELD, S.; COLLEGE, B. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.20, n.39, p.15 – 42, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIAS. **Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio.** 2012. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-03/mapeamento-apls_go.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2018.

GONÇALVES, R. **O que é setor reprodutivo?** 2016. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/artigos/o-que-e-o-setor-produtivo/72138>>. Acesso em 28 de jul. 2018.

GUIMARAES, E. N.; LEME, H. J. C. Brasília: uma metrópole singular no centro-oeste brasileiro. **Revista Economia Ensaios**, v.15, n.1, 2000.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPENA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Santana do Livramento. **REDES**, v.16, n.3, p.157 – 183, 2011.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL DE GOIAS (IFG). **Estudo da microrregião**

de Iporá. 2013b. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_ipora.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Câmpus Avançados.** 2016a. Disponível em <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article?id=1579>>. Acesso em 21 de jun. 2017.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Histórico.** 2016b. Disponível em <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico.html>>. Acesso em 02 de fev. 2018.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Missão, visão e valores.** 2015. Disponível em <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/missao-visao-e-valores.html>>. Acesso em 02 de fev. 2018.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Museu virtual de Iporá – Um pouco da história.** Sd. Disponível em <https://ifgoiano.edu.br/museuvirtual/?page_id=99> Acesso em 06 de fev. 2019.

IF GOIANO – INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Ação e sociedade: revista de extensão do IF Goiano.** v. 1, n. 1. Goiânia: IF Goiano, 2017. 118p.

IF GOIANO – INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Ação e sociedade: revista de extensão do IF Goiano.** v. 2, n. 1. Goiânia: IF Goiano, 2018. 144p.

IF GOIÁS – INSTITUTO FEDERAL GOIAS. **Plano Estratégico de Atuação no Desenvolvimento Regional/Local do IFGOIÁS 2010-2014.** 2010. Disponível em <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/498/plano_estrategico_desenvolvimento_regional.pdf> Acesso em 06 de fev. 2019.

IG GOIÁS - INSTITUTO FEDERAL GOIAS. **Análise da adequação da oferta de educação profissional e tecnológica à nova dinâmica do mercado de trabalho formal na mesorregião sul goiano, no estado de goiás.** 2012. Disponível em <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/499/bt_sul_2012.pdf> Acesso em 06 de fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Mapeamento das Unidades Territoriais**. 2015a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em 08 Abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Panorama**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em 27 Fev. 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Estatísticas municipais (séries históricas)**. Sdd. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/viewmapa.asp?mapa=Mapas%20das%20Mesorregi%F5es%20de%20Goi%E1s%20-%20IBGE>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Goiás - Visão Geral**. 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/goiasvisaogeral/goiasvisaogeral.asp>>. Acesso em 28 de jul. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Mapas das Mesorregiões de Goiás**. Sda. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/viewmapa.asp?mapa=Mapas%20das%20Mesorregi%F5es%20de%20Goi%E1s%20-%20IBGE>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Mapas das Microrregiões de Goiás**. Sdc. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/viewmapa.asp?mapa=Mapas%20das%20Microrregi%F5es%20de%20Goi%E1s%20-%20IBGE>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Mapas das Regiões de Planejamento**. Sdb. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/viewmapa.asp?mapa=Mapas%20das%20Regi%F5es%20de%20Planejamento>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Ed. Planta, 2004.

LIMA, M. H. P. L.; RODRIGUES, C. M.; SILVA, J. K. T.; MARTINS, P. C.; TERRON, S. L.; SILVA, R. L. S. **Divisão territorial brasileira. 2002.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/doc/divisaoterritorialbrasileira_ibge.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2018.

NIJKAMP, P.; ABREU, M. **Regional development theory.** 2009. Disponível em: <<ftp://dlib.info/opt/ReDIF/RePEc/vua/wpaper/pdf/20090029.pdf>>. Acesso em 14 Nov. 2017.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2018.

RODRIGUES, S.G.S. **Caracterização das escolas localizadas no campo na Microrregião de Iporá – GO.** 2014. Disponível em <https://posgeo.jatai.ufg.br/up/180/o/silvaci_g_s_rodrigues.pdf> Acesso em 10 de fev. 2019.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v.35, n.3, 2009.

ROTA JUNIOR, C.; IDE, M. H. S. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.64, 2016.

SANTOS, G. E. de O. **Cálculo amostral: calculadora on-line.** 2017. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SIGO - SISTEMA GOIANO DE INOVAÇÃO. **APLs em Goiás.** 2013. Disponível em: <<http://www.sigo.go.gov.br/apls-em-goias>>. Acesso em 14 Nov. 2017.

SILVA, C. J. R. (Org.). **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões.** IFRN. Natal, 2009.

SOUZA, A. R. Políticas públicas, políticas de formação profissional e de emprego e renda no Brasil: uma agenda pública de debates. **Revista de estudos sociais - ano 4**, 7, 2002.

VIEIRA, D. J. **Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional?** In: MONTEIRO NETO, A., DE CASTRO, C. N., BRANDAO, C. A. Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro : Ipea, 2017. p. 277 – 306.

VIEIRA, J. C. **Experiência de arranjos produtivos locais em Goiás: uma perspectiva para a segunda geração.** In: OLIVEIRA, C. W. A.; COSTA, J. A. V.; FIGUEIREDO, G. M.; MORAES, A. R.; CARNEIRO, R. B.; da SILVA, I. B. Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 81 – 82.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “**RELAÇÃO ENTRE OS CURSOS SUPERIORES DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS IPORÁ COM OS SETORES PRODUTIVOS LOCAIS**”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deverá clicar no box com a alternativa () SIM, aceito participar da pesquisa. (continuar na próxima página). E em caso de recusa na participação, você deverá clicar no box com a alternativa () NÃO aceito participar da pesquisa. (encerrar a participação e sair). Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **FABIANA APARECIDA TOBIAS SOUZA**, através do telefone: **(62) 9649-6477** ou através do e-mail **Fabiana.tobias@ifgoiano.edu.br**. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 380, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3600 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

Justificativa - A presente pesquisa é motivada pela expectativa em contribuir com a produção científica e a gestão institucional ao se realizar levantamento de informações relacionados a sintonia dos cursos superiores ofertados no Campus Iporá com o setor produtivo do local da microrregião de Iporá. Os Institutos Federais foram criados em 2008 em meio à segunda fase do plano de expansão da Rede de Ensino Federal. Dentre os critérios adotados para a instalação de seus 644 Campi, os Institutos Federais buscam estabelecer sintonia com os Arranjos Produtivos Locais, deste modo, colaborando com o desenvolvimento regional. Esta se justifica pela intenção de conhecer se os cursos superiores da unidade pesquisada estão em harmonia com o setor produtivo local, inserindo assim egressos qualificados no mercado de trabalho da microrregião em questão.

Objetivos - O objetivo desse projeto de pesquisa é analisar a relação entre as formações dos cursos superiores do IF Goiano na cidade de Iporá com as áreas dos setores

produtivos locais. Fazer um levantamento das áreas de formação dos alunos formados nos cursos superiores no ano de 2015 a 2017 do Campus do IF Goiano em Iporá; Identificar os setores produtivos locais onde situa a unidade pesquisada; Estabelecer a relação da área de formação dos alunos com os setores produtivos locais. Verificar a permanência ou não, do egresso na microrregião de Iporá após a conclusão do curso.

Procedimentos - Para coleta de dados serão utilizados questionários estruturados, enviados por meio da plataforma de pesquisa *online Google Forms* aos egressos dos cursos superiores em Química, Agronomia, Análise de Desenvolvimento de Sistemas e Agronegócio do IF Goiano – Campus Iporá, concluintes no ano de 2015 a 2017.

Desconfortos - Para os participantes da pesquisa existe um desconforto relacionado ao tempo de resposta ao questionário, o que pode levar o respondente a interromper a operação. Visando minimizar esse risco, o questionário pode ser fechado e seu preenchimento reiniciado quando houver disponibilidade em concluir a pesquisa.

Riscos - E os riscos da pesquisa inerentes a você, participante, são mínimos, podendo ser considerado o desconforto relacionado ao constrangimento em responder alguma pergunta que não saiba ou que não tenha interesse em responder, no entanto, será de livre arbítrio. Você também pode deixar de responder às questões que se sentir desconfortável.

Benefícios - Os benefícios oriundos de sua participação na pesquisa estão relacionados à contribuição com informações que permitirão verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho na microrregião estudada e também a permanência ou não após a conclusão do curso.

Forma de acompanhamento e assistência - Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, com a possibilidade de realizar ligação a cobrar para a pesquisadora responsável através do telefone (62) 9649-6477. Caso a pesquisa seja interrompida, o pesquisador firma o compromisso de encaminhar um comunicado a todos os envolvidos na presente pesquisa pelo endereço de *e-mail*.

Garantia de esclarecimento - Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios de contato citado acima.

Liberdade de recusa - Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Garantia de sigilo - A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Haverá sigilo quanto aos dados dos participantes, as respostas são confidenciais e o resultado da pesquisa será divulgado de forma consolidada.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos - Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. No entanto, se o participante sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, os pesquisadores serão responsáveis por todo e qualquer dano. É de inteira responsabilidade do pesquisador quaisquer eventualidades.

Consentimento da participação na pesquisa:

Eu,, inscrito(a)
sob o RG..... e CPF.....,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**RELAÇÃO ENTRE OS CURSOS SUPERIORES DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS IPORÁ COM OS SETORES PRODUTIVOS LOCAIS**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável **FABIANA APARECIDA TOBIAS SOUZA** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Aceita participar da pesquisa conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?

- SIM, aceito participar da pesquisa. (continuar na próxima página)
- NÃO aceito participar da pesquisa. (encerrar a participação e sair)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Qual curso você realizou no Campus Iporá?

- Agronegócio
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Química

2. Em relação à escolha do curso realizado:

- Sempre tive a intenção de fazer o curso que realizei e se não o fizesse no IF Goiano eu o faria em outra instituição.
- Sempre tive a intenção de fazer o curso que realizei, mas só foi possível fazê-lo após a instalação do IF Goiano em minha região.
- Gostaria de ter feito outro curso, superior ou tecnólogo, mas alterei minha escolha com base nos cursos ofertados pelo IF Goiano em minha região.
- Não tinha a intenção ou perspectiva de fazer qualquer curso superior ou tecnólogo.
- Nenhuma das respostas anteriores

3. Ao longo do curso você se envolveu com atividades de pesquisa e/ou extensão?

- Pesquisa e extensão
- Somente pesquisa
- Somente extensão
- Não me envolvi com atividades de pesquisa e/ou extensão

4. Residia em qual região antes de cursar o curso superior no IF Goiano – Campus Iporá?

- Residia no município (área urbana ou zona rural) de Iporá
- Residia em um dos municípios da Microrregião de Iporá (Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá ou Novo Brasil)
- Residia em outra região do estado de Goiás
- Residia em outro estado do Brasil

5. Mudou-se do município de Iporá após a conclusão do curso superior?

- Não, continuo residindo no município (área urbana ou zona rural) de Iporá

- Sim, me mudei para um dos municípios da Microrregião de Iporá (Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá ou Novo Brasil)
- Sim, me mudei para outra região do estado de Goiás
- Sim, me mudei para outro estado do Brasil

6. Você está trabalhando na região (Iporá ou na microrregião de Iporá) em que se formou?

- Sim
- Não

7. Qual setor produtivo você está trabalhando?

- Agropecuária (agricultura ou pecuária)
- Indústria (Indústria ou construção civil)
- Serviços (setores do comércio ou serviços)
- Administração Pública
- Estou desempregado

8. O trabalho que realiza atualmente está relacionado com os conhecimentos adquiridos no curso?

- Sim
- Não

9. O curso que realizou lhe permite trabalhar na região onde estudou?

- Sim
- Não

10. Você trabalha na área em que se formou?

- Sim
- Não, por falta de vagas no mercado de trabalho
- Não, em virtude da baixa remuneração para profissionais na área de formação
- Não, por escolha vocacional equivocada
- Não se aplica

11. Após realizar o curso, você:

- Está empregado(a) atuando em sua área de formação
- Está empregado(a) atuando fora de sua área de formação
- Está desempregado(a)

12. Considerando o salário mínimo federal vigente de R\$ 954,00, qual a sua renda mensal?

- 1 salário mínimo (R\$ 954,00)
- Até 2 salários mínimos (entre R\$ 954,00 e R\$ 1.908,00)
- Até 3 salários mínimos (entre R\$ 1.908,00 e R\$ 2.862,00)
- Até 4 salários mínimos (entre R\$ 2.862,00 e R\$ 3.816,00)
- Mais de 4 salários mínimos (entre R\$ 3.816,00)
- Sem rendimentos